



RUMO AO SÉCULO 19

Mais de 50 projetos, que reduzem ou extinguem direitos sociais, estão tramitando no Congresso. As reformas são abrangentes e profundas, com um efeito dominó sobre quase todas as conquistas dos trabalhadores desde a criação da CLT, há 80 anos. Os projetos serão votados a toque de caixa, sem participação da sociedade e sem nenhuma clareza sobre o impacto que terão na vida dos brasileiros. É isso, pelo menos, o que pretende o atual governo, com a conivência da ampla maioria da Câmara e do Senado.

O corte é na carne

A lista de ameaças é enorme. Entre elas, a PEC 241, que deve ser votada logo após o impeachment, vai congelar os salários dos servidores por 20 anos, além de estagnar os recursos destinados à Educação e à Saúde, e desvincular do orçamento o percentual mínimo de investimentos nestas áreas.

Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior-POA
UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente

Paulo Machado Mors

Vice-presidente

Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira

1º Secretário

Ricardo Francalacci Savaris

2º Secretário e Diretor Social e Cultural

Newton Luis Garcia Carneiro

1º Primeiro Tesoureiro

Vanderlei Carraro

2º Tesoureiro e Diretor de Assuntos Jurídicos

Pedro Alves d'Azevedo

Diretora de Assuntos da Carreira do Magistério Superior

Luciana Boose Pinheiro

Diretor de Assuntos da Carreira do EBT

Eduardo de Oliveira da Silva

Diretora de Comunicação

Lúcia Couto Terra

Diretor de Assuntos de Aposentadoria e Previdência

Jairo Alfredo Genz Bolter

Diretor de Relações Sindicais

Eduardo Rolim de Oliveira

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre | RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufgrs.org.br
www.adufgrs.org.br

ADverso

Adverso, Porto Alegre, nº 221, Julho/Ago. 2016

Tiragem: 3.650 exemplares

Impresso na Ideograf

Editora: Zaira Machado

Reportagens: Adriana Lampert, Araldo Neto,
Daiani Cerezer e Maricélia Pinheiro

Revisão: Taís Vicari

Projeto Gráfico e Diagramação: Edu Furasté

Finalização: Leonardo Guterres

Produção:



VERDEPERTO

(51) 3228 8369

Índice

Entrevista

Paulo Machado Mors

Novo presidente da ADUFRGS-Sindical fala dos desafios que terá à frente da entidade nos próximos anos.

08

Nova Sede

Veja tudo sobre a inauguração da nova sede da ADUFRGS.

18



Expansão IFRS

Com foco na inclusão social, IFRS Campus Alvorada inicia atividades em sede definitiva.

26

Conjuntura Nacional

Pacote de ameaças à educação pública.

33



Vida no Campus

Sofrimento psíquico da população negra é tema de pesquisa na UFRGS.

45

Cortes na Educação

Contingenciamento coloca em risco funcionamento das Ifes em 2017.

49



Artigo

Ajuste em dose dupla.

Professor Pedro Cesar Dutra Fonseca

55

ADUFRGS representa uma nova feição do sindicalismo brasileiro (*)

Jacques Le Goff, pensador, escritor e o mais aclamado medievalista do último século, informa-nos, em uma aula sobre o surgimento da universidade no Ocidente: “O século XIII é o século das universidades, porque é o século das corporações”. Universidade e sindicato, portanto, têm essa origem comum. Já então o direito de greve era uma prerrogativa, quando das negociações com a Igreja e com as cidades, que abrigavam as universidades. A autonomia universitária também data da mesma época.

Não somos, portanto, nenhuma novidade. Nós, da ADUFRGS-Sindical, temos exercido, no melhor de nossas possibilidades, as três funções básicas de um sindicato: a função negocial, a função de representação, a função assistencial. Sociedade de Direito Privado, e não de Direito Público, como ocorre em regimes totalitários, historicamente ancorados no anarco-sindicalismo da Primeira República, herdeiros do ordenamento legal do Estado Novo e, finalmente, regidos pela Constituição Cidadã de 1988, estamos, hoje, representando uma nova feição do sindicalismo brasileiro.

Originários de um movimento acadêmico que se recusou a aceitar a ingerência de determinações político-partidárias no Movimento Docente, aliados a uma dezena de outras instituições sindicais, que se juntaram para formar o PROIFES-Federação, representamos uma nova forma de fazer sindicalismo, onde as decisões provêm das bases e a pluralidade é nossa marca dominante. Em sua essência, tem o sindicato como missão a conciliação do trabalho com o capital.

No nosso caso, em que o ambiente de trabalho é a Instituição Federal de Ensino Superior – Institutos e Universidades Federais – e o trabalhador é o docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e o do Magistério Superior, torna-se difícil desenhar a fronteira entre os interesses conflitantes. No entanto, um aspecto de nossa luta é muito claro, evidente, inalienável: a defesa da Educação Pública. Sem uma educação universal e pública, não há como pretender construir uma nação

respeitada. Não estamos a defender o monopólio público da educação; muitos são os educandários comunitários de excelente qualidade.

No que tange ao ensino superior, muitas academias privadas exercem sua pesquisa, sua produção de conhecimento, sem prescindir de aportes públicos. E isso é perfeitamente natural, em se tratando de um investimento de toda uma sociedade em seu futuro. O que nos preocupa é a abertura que se está dando, atualmente, para que grandes conglomerados financeiros internacionais ocupem espaço em nosso sistema educacional. Tais grupos, com ações em bolsa de valores, em nada diferem de redes de supermercado, que são negociadas entre detentores de poder econômico.

Não é este o caminho mais apropriado para a formação de nossos jovens. E uma forma de abrir mais espaço aos mercados do ensino é degradar a educação pública. O combate à mercantilização do ensino, e a tudo que a favoreça, é, portanto, uma de nossas principais missões. O compromisso com a educação pública nos obriga à defesa do respeito ao Plano Nacional de Educação, à defesa da restauração do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, à denúncia do corte violento de bolsas de Iniciação Científica do CNPq, e de tantas outras ameaças que hoje nos cercam. Esta é nossa obrigação, na defesa de uma nação melhor.

Quero afirmar que suceder minha colega Maria Luiza é, para mim, uma honra e, ao mesmo tempo, uma responsabilidade e um desafio enorme, após esses cinco anos em que ela se entregou de coração ao Sindicato.

Muito obrigado.

Paulo Machado Mors

19 de agosto de 2016

*Discurso de posse do novo presidente da ADUFRGS-Sindical.

Entrevista



Professora Maria Luiza Ambros von Holleben

Ex-presidente da ADUFRGS-Sindical

Nova sede, ampliação da base e voto eletrônico marcam gestão

Por Araldo Neto

Depois de 10 anos de ter ingressado na vida sindical, a professora aposentada Maria Luiza Ambros von Holleben deixa a presidência da ADUFRGS-Sindical como importante protagonista das grandes transformações que entidade passou na última década. Seu nome estará para sempre associado a realizações que já fazem parte da história do Sindicato, e que abrangem três pilares vitais da atuação sindical: a democracia, a representação e o acolhimento.

Em duas gestões como presidente (de 2011 a 2016), a professora Maria Luiza coordenou o processo que consagrou o voto eletrônico como instrumento democrático de participação dos associados, a ampliação da base de representação da ADUFRGS e a construção de uma nova sede, ampla e moderna, para a categoria.

Antes de assumir a Presidência, a professora Maria Luiza ocupou os cargos de 2ª secretária (2006 a 2008) e 2ª vice-presidente (2009 a 2011).

A Revista Adverso conversou com a ex-presidente da ADUFRGS-Sindical, que agradeceu o apoio dos colegas e disse que deixa a diretoria com a sensação de dever cumprido.

Adverso - Qual a avaliação que a senhora faz destes cinco anos à frente do Sindicato?

Maria Luiza - Pelas propostas que tínhamos quando assumimos, e o trabalho que conseguimos realizar, considero o saldo satisfatório. Estou tranquila em ter cumprido as principais metas. Nestas duas gestões, em que a maior parte da diretoria foi a mesma, muitas mudanças aconteceram. Tivemos a alteração da estrutura administrativa dos funcionários, duas alterações estatutárias, a introdução de deliberação eletrônica em assembleias, que exijam quórum qualificado, uma grande expansão da base territorial, a construção da nova sede e uma constante relação de comunicação e consulta aos filiados. Foi um período muito intenso, marcado pela estruturação da carreira, que ainda está em andamento, mas que já resultou em dois acordos com o governo. Tivemos, e vamos continuar tendo, um importante papel norteador junto à nossa federação, o PROIFES. E com o programa "ADUFRGS vai até você" estreitamos e personalizamos o contato com os professores. Em uma ampla consulta eletrônica, definimos a posição dos professores sobre a eleição para reitor e, a partir dela, o PROIFES-Federação elaborou um projeto de lei que concede mais autonomia na decisão sobre proporcionalidade dos votos entre professores, técnicos-administrativos e alunos. Realizamos, em parceria com o ILEA, o ciclo de palestras Univer-

A Adufrgs-Sindical pode e deve crescer mais, e isto, provavelmente, vai acontecer nos próximos anos, mas a inclusão de novos municípios, sem dúvida, é um grande legado político desta gestão.

sidade do Futuro, que trouxe muitas autoridades acadêmicas nacionais e internacionais.

Adverso - Na entrevista ao programa Adufrgs no ar, a senhora disse que o sindicato cresceu como categoria, com sentimento de categoria, durante sua gestão. Isso aconteceu por quais razões?

Maria Luiza - Acreditamos que este sentimento foi estimulado pela nossa política de respeito à opinião do professor. Informamos os fatos e ele julga. E a decisão, que passou a ser tomada por meio de consulta eletrônica, sempre é respeitada. É uma via de mão dupla, em que o professor e a diretoria respeitam a decisão da

maioria. Outro fator que deve ter contribuído é a relação pessoal que procuramos estabelecer com o filiado, indo ao seu local de trabalho, organizando eventos sociais e respondendo às sugestões e críticas enviadas através do nosso canal de comunicação, o Adufrgs Comunica.

Adverso - Qual foi o maior desafio da sua gestão?

Maria Luiza - O maior desafio foi nos manter fiéis à promessa de fazer uma gestão apartidária, isenta de apoiar ou acusar este ou aquele governo, e de buscar a negociação com este ou aquele governo. A diretoria enfrentou esta situação com a convicção de que a fidelidade ao nosso compromisso com os professores estava acima de tudo.

Adverso - A expansão do Sindicato para mais 11 cidades gaúchas foi uma reivindicação dos professores dos institutos federais do interior do Estado. Na prática, a alteração no estatuto permite que a Adufrgs-Sindical cresça ainda mais. Esse foi o principal legado da sua gestão?

Maria Luiza - A Adufrgs-Sindical pode e deve crescer mais, e isto, provavelmente, vai acontecer nos próximos anos, mas a inclusão de novos municípios, sem dúvida, é um grande legado político desta gestão.

Adverso - Além da expansão do Sindicato, a senhora entrega a Adufrgs com uma nova

sede. O que essa conquista pode representar para o futuro da entidade?

Maria Luiza - Mais conforto e mais espaço para atender as demandas dos atuais e futuros filiados. Além disto, é um prédio que poderá acomodar mais salas, caso isso se torne necessário.

Adverso - Quais lições e aprendizagens irão ficar para a sua vida da experiência de presidir o Sindicato?

Maria Luiza - A importância do trabalho em grupo com uma equipe competente e a confirmação que paciência, tolerância, honestidade em nossos propósitos e persistência são fundamentais para manter a união e a vontade de produzir.

Adverso - E agora, como será a sua participação no movimento sindical dos professores?

Maria Luiza - Retorno à base. Apoiando o nosso movimento e a diretoria, que agora assume. Aproveito para deixar aos meus colegas professores o meu profundo agradecimento pelo apoio, compreensão e respeito que me foi concedido. Muito obrigada.





Paulo Machado Mors

Presidente da ADUFRGS-Sindical

Por Araldo Neto

***“Nosso posicionamento
é de preservar a unidade
e não obedecer a
partidos políticos”***



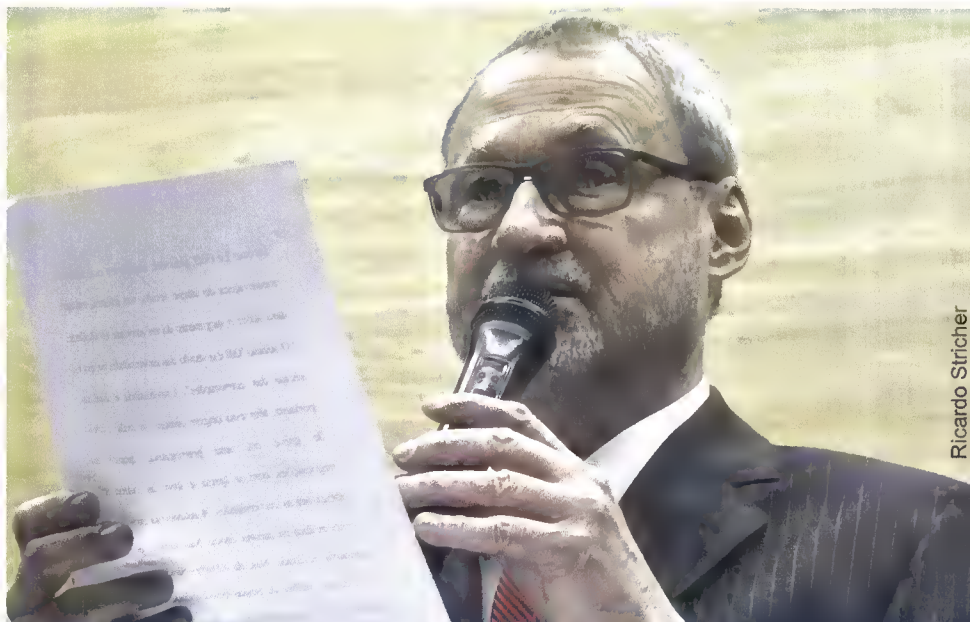
Eleito o 14º presidente da história da ADUFRGS, o professor do Instituto de Física da UFRGS, Paulo Machado Mors, vai comandar a entidade no triênio 2016-2019. Entre as prioridades do novo gestor, que tomou posse em 19 de agosto, está a consolidação da expansão da base do Sindicato e o fortalecimento do PROIFES-Federação nas mesas de negociação. Paulo Mors assume o Sindicato em um momento histórico, em que a ADUFRGS conquista uma ampla e moderna sede. Segundo ele, a ideia é promover eventos culturais e de lazer, para que o associado usufrua dos novos espaços, e fortaleça seus vínculos com a entidade. Já na conjuntura nacional, os desafios serão de manter a unidade da categoria em tempos de incertezas. Mors garante que o Sindicato seguirá com uma postura plural e independente, sem ligação partidária. O docente avalia como preocupante as ações do governo de Michel Temer, especialmente com relação ao projeto de constituição (PEC 241/2016) que prevê um arrocho no salário dos servidores para os próximos 20 anos. Na sequência, confira a entrevista do novo presidente da ADUFRGS-Sindical.

Adverso - Quais serão as ações prioritárias de sua gestão à frente do Sindicato?

Paulo Mors - Nossa missão imediata é sedimentar a expansão. Agora, teremos o sindicato em 12 municípios. Nós vamos estreitar relação com os docentes e buscar filiações nas instituições que, agora, fazem parte da base territorial da ADUFRGS. Isso é o que temos de mais imediato. Paralelamente, estamos preparando uma intervenção bastante efetiva na UFRGS e na UFCSPA, no sentido de ampliar a representatividade do Sindicato. Outra frente importante é a nossa organização em âmbito nacional. Temos que continuar somando esforços com os outros sindicatos federados, no sentido de fortalecer o PROIFES, de reconhecê-lo como legítimo interlocutor da nossa categoria.

Adverso - Como a questão da expansão do sindicato será tratada na sua gestão? Que medidas serão adotadas para engajar novos professores nas atividades do Sindicato?

Paulo Mors - A expansão ocorreu por iniciativa dos professores de fora de Porto Alegre, que não faziam parte da ADUFRGS-Sindical. Nós começamos a interagir com eles e, por sermos também uma associação, acabamos incorporando alguns ao nosso quadro social. Porém, o que eles queriam era o direito à sindicalização, e que a entidade a representá-los fosse a ADUFRGS, não outra. Houve, por parte destes professores, a percepção de que o



Ricardo Stricher

“Não sei o que vai ser mais difícil: se conquistar novas sindicalizações ou motivar a participação dos que já são sindicalizados. Não tenho resposta pronta para dar. Será o grande desafio da nossa Diretoria.”

Sindicato é o principal garantidor da dignidade do seu trabalho. Um entendimento que também é nosso e que vamos trabalhar nas campanhas de filiação. Nós precisamos convencer, principalmente, o professor mais jovem, que está entrando, que o Sindicato não é apenas um ente político, que passeatas e greve não são a única forma de participação dos docentes. Queremos mais do que isso. Nosso objetivo é garantir a dignidade do professor. Por isso, eu repito: dentro da UFRGS, existe um grande contingente de não sindicalizados e, entre os sindicalizados, uma participação reduzida nas atividades sindicais. Hoje, os professores da extensão de base são muito mais engajados do que os de Porto Alegre. Possivelmente, é o reflexo de um acomodamento.

Adverso - A propósito, a eleição que escolheu a nova Direção da ADUFRGS-Sindical teve uma baixa participação dos professores da UFRGS. Na sua avaliação, a que isso se deve? O que fazer para que os professores tenham um papel mais ativo nas mobilizações e decisões do Sindicato?

Paulo Mors - Fomos eleitos com o voto de 42% dos sindicalizados do IFRS, quase 37% do IFSul e quase 40% da UFCSPA. Já na UFRGS, apenas 11,32% dos filiados votaram. Este é um dado muito preocupante, que não pode ser ignorado, e que a nova Direção terá que enfrentar. Não sei o que vai ser mais difícil: se conquistar novas sindicalizações ou motivar a participação dos que já são sindicalizados. Não tenho

resposta pronta para dar. Será o grande desafio da nossa Diretoria. Na minha avaliação, um dos caminhos é promover agitação cultural na nova sede, e utilizar estas ações como instrumentos de mobilização. Eu espero não ter que mobilizar somente em momentos de grande crise ou na hora de fazer uma greve, por exemplo. O sindicalista responsável é aquele que, preferencialmente, não quer conduzir a categoria que representa para uma greve, porque a greve é sempre o último recurso em um processo de negociação. Eu prefiro mobilizar agitando culturalmente. Temos condição de promover debates em diversas áreas, inclusive na política, e com viés partidário, com porta-vozes das diversas linhas ideológicas.

Adverso - Quais os planos para potencializar o uso da nova sede da ADUFRGS?

Paulo Mors – Nós temos um belíssimo espaço que é do professor. A nova sede será transformada num centro de debate e de desenvolvimento cultural, social e de lazer dos associados. Vamos incentivar a realização de projetos por grupos que tenham interesse em comum.

Adverso – Ainda há baixa adesão ao Funpresp por parte dos professores que ingressam na carreira. Na sua avaliação, por que isso ocorre e o que pode ser feito para reverter essa realidade?

Paulo Mors - Nós não vivemos

A nova sede será transformada num centro de debate e de desenvolvimento cultural, social e de lazer dos associados. Vamos incentivar a realização de projetos por grupos que tenham interesse em comum.

no melhor dos mundos. Então, o funcionário público brasileiro, em particular, quando faz concurso e ingressa na carreira, não tem o plano de previdência que nós, mais velhos, ainda temos por direito adquirido. Para quem está ingressando agora, o plano de previdência é muito restrito. Sem um complemento, a sua aposentadoria será o teto do INSS. Por esse motivo, há três anos, foi criado o Funpresp. Contudo, tenho observado que poucos professores, que estão ingressando na carreira, pensam em fazer esse investimento de pecúlio. Como todo o jovem, ele se considera eterno e saudável para sempre. Isso é uma característica da juventude, bastante invejável, mas imprudente. Alguns são persuadidos a boicotar esse tipo de previdência, acreditando na promessa de que será possível retroagir a situação

anterior. Isso é um erro. Não podemos comprometer o futuro de um colega, a sua aposentadoria, em nome de algo que não podemos garantir. Por isso, outra missão que temos é fazer uma ampla campanha sobre o que é o Funpresp. Nossa página na internet já explica isso. Também temos uma cartilha muito bem feita sobre o Fundo, mas vamos continuar esclarecendo. Tenho visto uma resistência muito grande, que trará prejuízo sério, grave e irreversível para daqui a 30 anos.

Adverso - A nova diretoria conta com novos cargos, que visam aprimorar o atendimento aos associados. O que isso vai representar na prática?

Paulo Mors - É um marco na história do Sindicato. Desde a sua fundação, como associação, as diretorias tinham (no nome) funções específicas, mas, de fato, funcionavam de forma colegiada e as tarefas eram distribuídas de acordo com a disponibilidade de cada um, já que somos todos voluntários. Os nomes dos cargos não eram muito representativos das suas atribuições. Agora, pela primeira vez, temos cargos com funções específicas. Nós pretendemos, realmente, fazer a divisão de tarefas de acordo com a nomenclatura dos 13 cargos da Diretoria, ocupados por 11 diretores. Procuraremos ter isso mais definido daqui para frente. Por exemplo, queremos que o diretor de assuntos do Magistério Superior (MS) esteja focado, prioritariamente nesta área.

Adverso - Atravessamos momentos difíceis na política nacional. Qual será a postura do Sindicato neste período de incertezas? Como contemplar, no âmbito de atuação da ADUFRGS, posições tão radicalmente opostas quanto às visões existentes na categoria com relação à conjuntura nacional?

Paulo Mors - A nossa postura será a mesma que tem sido adotada até aqui. É um problema que se agravou nos últimos meses e que ocorre em nível nacional, com os outros sindicatos federados. Tem sido pauta de debates no Conselho Deliberativo do PROIFES-Federação, do qual eu faço parte. Nossa posição, basicamente, é manter a unidade. Sabemos que a nossa categoria é bastante heterogênea do ponto de vista ideológico. Há posições mais ou menos extremadas de vários lados, que nos pressionam. Temos sofrido pressões, mas é nossa obrigação manter a unidade, em nível local e em nível nacional. A nossa preocu-

“Quem nos acusa de falta de posicionamento, está faltando com a verdade. Temos posicionamento e ele é muito firme: preservar a unidade e não nos submeter a partidos políticos.”

pação é a dignidade do trabalho do nosso docente, do nosso filiado, da nossa base. E tudo que estiver relacionado a isso, no campo político, é do nosso interesse e está no âmbito do nosso trabalho. Porém, acima de tudo, está a nossa definição de pluralidade, de não ter vínculo com partidos e não ter compromisso político-ideológico. Sabemos que é impossível satisfazer a todos. Quem nos acusa de falta de posicionamento, está

faltando com a verdade. Temos posicionamento e ele é muito firme: preservar a unidade e não nos submeter a partidos políticos. Isso não tem tradição na história sindical brasileira? Bem, conosco vai ser diferente... o que não impede que integrantes da Diretoria sejam filiados a partidos políticos. Qualquer cidadão que quiser ser filiado a um partido é livre para fazê-lo, mas sem comprometer a nossa pluralidade.

Adverso - Como o senhor avalia os primeiros meses do governo Michel Temer?

Paulo Mors - Acompanho com muita preocupação. Eu não estou, com isso, dizendo que esse governo é pior que o anterior. Não é isso. Esse governo está tendo que trabalhar a pior recessão da história do Brasil, pior que 1929 e 1930. E não foi o Temer que construiu essa recessão, obviamente. Agora, eu não quero fazer a análise do que aconteceu até a chegada dele. Eu me preocupo muito com o que ele pode fazer daqui para frente. Eu acredito que ele está atacando os



problemas do Brasil de maneira muito questionável e é nisso que o nosso sindicato deve se fixar. Nós temos que nos preocupar com o que o governo está fazendo, que é muito perigoso, porque a recessão existe, a crise é dramática e as consequências são cruéis para o trabalhador. O que esse grupo, que está no governo, está fazendo é propor soluções que vão cada vez mais penalizar os que mais sofrem.

Adverso – Como dirigente sindical, quais ações do governo Temer mais o preocupam?

Paulo Mors – O Projeto de Constituição (PEC 241/2016), que prevê um arrocho violento para os próximos 20 anos, é um exemplo. Esse projeto é muito preocupante porque asfixia a classe trabalhadora. E é por 20 anos. Outra coisa horrível: a Previdência foi transferida para o Ministério da Fazenda, ou seja, um setor do governo que deveria atuar sob o princípio da solidariedade, vai ser totalmente entregue à gestão financeira. Isso é muito perigoso e mostra a visão que esse grupo tem: a Previdência tem que dar lucro, portanto, deve estar ligada ao Ministério da Fazenda. Por outro lado, como um País como o nosso tem que se desenvolver, a primeira preocupação de um governo deveria ser a Educação, principalmente a Educação Básica. Nós somos um sindicato de educadores do nível EBTT e Magistério Superior, mas o descuido com a Educação

Básica também se reflete neste nível. E não vamos construir um país respeitado sem investir em Educação. Na prática, os investimentos em Educação ainda são vistos como despesa, como gasto. E já existe um temor de que o PNE (Plano Nacional de Educação) não seja cumprido. Ele foi duramente elaborado, discutido, votado e conquistado. Agora, há um medo de que ele não receba uma atenção prioritária. Essa é a preocupação. Uma nação que quer ser respeitada também precisa investir em ciência e tecnologia. Mas o que esse governo fez? Extinguiu o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e o colocou junto com o Ministério das Comunicações. Não tem nada a ver uma coisa com a outra! Isso só evidencia o pouco caso, o pouco interesse com ciência e tecnologia nesse País. Eu tenho visto com muita preocupação e com muito pessimismo essas atitudes. Se, como governo interino, ele (Temer) já tornou a Previdência um negócio, que tem que dar lucro, acabou com a gestão privilegiada da ciência e tecnologia, não considera prioridade o PNE e lança um projeto para 20 anos de arrocho, o que nos espera quando ele deixar de ser interino? Então, é muito preocupante! Temos que ficar muito atentos. Mais do que nunca, o sindicato tem que se fortalecer, a Federação precisa crescer e se consolidar. E não existe um sindicato forte, uma federação forte, sem apoio da base.

Perfil

Nascido no Rio de Janeiro, Paulo Machado Mors tem 68 anos. Físico formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é docente do Instituto de Física da UFRGS há mais de 40 anos. Graduiu-se Mestre e Doutor na UFRGS e realizou estágio de Pós-Doutorado, de dois anos, no Laboratório de Sólidos da Universidade de Paris-Sul. Atuou por mais de 25 anos como pesquisador em Física Teórica, até passar a se dedicar à pesquisa em Ensino de Física e à formação de professores de Física de nível médio (em Graduação e em Pós-Graduação). Na administração acadêmica foi Coordenador de Curso, Chefe de Departamento, membro do Conselho Universitário, entre outras responsabilidades. Iniciou a militância sindical no Conselho de Representantes da ADUFRGS-Sindical. Na última gestão, exerceu a função de segundo-secretário. Compõe o Conselho Deliberativo do PROIFES-Federação.



Da esquerda para direita: Eduardo Rolim de Oliveira, Pedro Alves d'Azevedo, Vanderlei Carraro, Ricardo Francalacci Savaris, Paulo Machado Mors, Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira, Luciana Boose Pinheiro, Lúcia Couto Terra e Eduardo de Oliveira da Silva. Não estão na foto, Newton Luis Garcia Carneiro e Jairo Alfredo Genz Bolter, que também fazem parte da nova diretoria da ADUFRGS-Sindical.

Nova diretoria da ADUFRGS é eleita com 93,76% dos votos

Por Araldo Neto

Em pleito realizado no último dia 23 de junho, associados elegeram a nova diretoria da ADUFRGS-Sindical e os professores aposentados que passam a integrar o Conselho de Representantes.

A chapa única ADUFRGS Forte – Sindicato Independente, encabeçada pelo professor do Instituto de Física da UFRGS, Paulo Machado Mors, obteve 93,76% dos votos. Apenas 3,40% votaram contra e 2,84% se abstiveram.

Professores aposentados eleitos para o Conselho de Representantes da ADUFRGS-Sindical:

Lúcio Hagemann, do Instituto de Psicologia (UFRGS)

Glória Isabel Sattamini Ferreira, da Fabico (UFRGS)

Aray Miguel Feldens, da Faculdade de Ciências Econômicas (UFRGS)

Sandor Arvino Grehs, do Instituto de Geociências (UFRGS)

Rosa Maria Duro Magrinelli, da Escola de Enfermagem (UFRGS)

Principais propostas da nova diretoria

No Plano local

- Consolidar a expansão da ADUFRGS-Sindical.
- Manter a ADUFRGS-Sindical como espaço plural e independente de partidos e governos.
- Reforçar o estreitamento das relações com outros sindicatos de trabalhadores, especialmente na área da educação.

Em nível nacional

- Manter canais permanentes de negociação com os poderes estabelecidos, nos âmbitos executivo, legislativo e judiciário, de forma a garantir reajustes salariais e a reestruturação das carreiras, previstos no Acordo 19/2015 e em novos processos que venham a se estabelecer até 2019.
- Defender o ensino público de qualidade, gratuito em todos os níveis.
- Zelar pelo cumprimento do Plano Nacional de Educação.
- Reafirmar a negociação como modo preferencial de ação sindical, tendo na mobilização a força necessária para avançar no processo.
- Defender a Previdência Social como direito consagrado dos trabalhadores.
- Insistir na compreensão da natureza estratégica, para o desenvolvimento social, das áreas da Educação e da Ciência e Tecnologia.
- Encaminhar a proposta construída nacionalmente em defesa da autonomia das IFEs.
- Reforçar a participação da ADUFRGS-Sindical junto ao PROIFES-Federação.

No Plano Interno

- Agilizar a comunicação com os associados, por meio das mídias sociais, mantendo um fluxo contínuo de informações.
- Utilizar a nova sede da Rua Barão do Amazonas como centro de desenvolvimento cultural e social dos associados ativos e aposentados, incentivando a criação de projetos dessa natureza.
- Realizar consulta aos associados sobre o destino e a utilização da sede da Rua Otávio Correa (Cidade Baixa).
- Valorizar a autonomia e o protagonismo dos professores membros do Conselho de Representantes da ADUFRGS-Sindical.
- Ampliar a ação do sindicato com vistas à desburocratização e agilização dos processos internos das IFEs (ex.: progressão/promoção).
- Incentivar a democratização dos diferentes espaços de decisão das IFEs.
- Fomentar a criação de grupos de trabalho junto às diferentes diretorias do sindicato.
- Viabilizar nos novos municípios/instituições espaços do sindicato para apoiar os professores.
- Ampliar a participação dos sindicalizados nas decisões do sindicato, com realização de assembleias periódicas, nos vários campi, com impulso a fóruns de debates, seminários e atividades interativas.

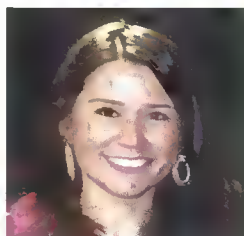
Conheça os novos diretores



Presidente
Paulo Machado Mors
(Física/UFRGS)



2º Tesoureiro e Diretor
de Assuntos Jurídicos
Pedro Alves d'Azevedo
(UFCSPA)



Diretora de Assuntos
da Carreira do
Magistério Superior
Luciana Boose Pinheiro
(UFCSPA)



Vice-presidente
Lúcio Vieira
(IFRS Campus Porto Alegre)



Diretor de Assuntos da
Carreira do EBT
Eduardo de Oliveira da Silva
(IFRS Campus Feliz)



1º Secretário
Ricardo Savaris
(Medicina/UFRGS)



Diretora de Comunicação
Lúcia Couto Terra
(Colégio de
Aplicação/UFRGS)



2º Secretário e
Diretor Social e Cultural
Newton Carneiro
(IFSul Campus
Sapucaia do Sul)



Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Previdência
Jairo Bolter
(UFRGS/Campus Litoral)



1º Tesoureiro
Vanderlei Carraro
(Enfermagem/UFRGS)



Diretor de Relações Sindicais
Eduardo Rolim de Oliveira
UFRGS/Química

Nova diretoria é empossada



Foto: Ricardo Stricher

Diretoria da ADUFRGS-Sindical, eleita para a gestão 2016/2019, e Conselho de Representantes tomaram posse no último dia 19 de agosto. A cerimônia, que reuniu professores, familiares, amigos e autoridades políticas e sindicais, aconteceu no Auditório Professor José Fraga Fachel, na nova sede do Sindicato. Na oportunidade, todos os 11 integrantes da direção que se inicia assinaram o termo de posse.

Depois de cinco anos à frente do Sindicato, a presidente Maria Luiza Ambros von Holleben se despediu do cargo e passou o comando da entidade ao professor Paulo Machado Mors, do Instituto de Física da UFRGS. Em seu discurso de despedida, Maria Luiza destacou o seu compromisso com "um sindicalismo propositivo e

democrático, voltado para o interesse dos docentes das IFEs e em defesa da educação pública, independente de governos e de influências político-partidárias". À frente da ADUFRGS, enfatizou, trabalhou, prioritariamente, no desenvolvimento de "uma política sindical autônoma e participativa, uma política social e cultural associativa e agregadora, e uma comunicação ágil e transparente, além da expansão do número de associados e do espaço físico do Sindicato".

O novo presidente, Paulo Mors, em seu discurso de posse ressaltou que a ADUFRGS-Sindical é originária de "um movimento acadêmico que se recusou a aceitar a ingerência de determinações político-partidárias no Movimento Docente" e aliou-se a várias outras

instituições sindicais para formar o PROIFES-Federação. "Representamos uma nova forma de fazer sindicalismo, onde as decisões provêm das bases e a pluralidade é nossa marca dominante", disse. O discurso completo pode ser lido no editorial desta edição.

Integrando a mesa de posse, o presidente da CUT/RS, Claudir Néspolo, alertou a nova diretoria para os grandes desafios que o movimento sindical, em particular os servidores públicos, terá no próximo período. "Que bom contar com a ADUFRGS nessa trincheira de lutas", afirmou. Antes da posse, foi feita a prestação de contas do ano de 2015 e a previsão orçamentária para 2016, ambos aprovados por ampla maioria dos presentes na Assembleia.

Um lugar para se conhecer. Acredite!

Por Daiani Cerezer

Imponência. Essa foi uma das palavras mais citadas por quem visitou a nova sede do Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (ADUFRGS-Sindical). Com a base territorial ampliada para mais onze municípios, além de Porto Alegre, e uma estrutura ampla e moderna, a ADUFRGS começa a escrever um novo capítulo na história dos docentes gaúchos.



Mais de 400 pessoas participaram das atividades na semana em que as portas da nova sede foram abertas à categoria e à comunidade. A cerimônia de inauguração aconteceu no dia 7 de julho, com a presença de dirigentes de sindicatos de docentes de outros Estados, do PROIFES-Federação e da Central Única dos Trabalhadores (CUT-RS). Nos dias 12, 13 e 14, foi a vez dos docentes conhecerem os quatro andares que abrigam os diversos ambientes destinados à organização, capacitação, confraternização e lazer dos associados. A visita e o coquetel foram embalados pelo som do professor saxofonista Amauri Lablonovski, e do tecladista Jean Presser, ambos do Instituto de Artes da UFRGS.

Situado no andar térreo da nova sede, o auditório recebeu o nome do primeiro presidente da ADUFRGS, José Fraga Fachel, que

faleceu em janeiro deste ano, aos 86 anos de idade. O descerramento da placa de inauguração foi feita pelos bisnetos do homenageado.

Em sua fala, o então presidente eleito da ADUFRGS, professor Paulo Mors, enfatizou que a nova sede é fruto de um trabalho muito gratificante. “O resultado é mais do que excelente. Nós temos agora uma sede digna dos trabalhadores das instituições federais de ensino superior. Nos últimos anos, tivemos aquela muito boa sede da Cidade Baixa, mas pequena, adaptada, e que agora, com a expansão da base do sindicato, seria insuficientes para acolher a categoria.”

“Tudo foi planejado com muito cuidado porque esta obra é patrimônio dos docentes, dos colegas. Prospectamos e conseguimos encontrar um terreno com boa localização e com boas condições de aquisição. Contra-



Renato de Oliveira e Maria Luiza von Holleben descerram a placa de inauguração.



Coral da ADUFRGS em apresentação



Fachada lateral do prédio

Visite a nova sede da ADUFRGS

Você também vai se sentir em casa

Professores falam sobre nova casa da ADUFRGS-Sindical



Quero conchamar os meus colegas da Universidade de Ciências da Saúde, que venham conhecer a sede, que se associem e participem. É importante pra nós, como

profissionais, fortalecer a nossa entidade representativa.

Devemos nos apropriar deste espaço, no bom sentido. O sucesso da entidade é a nossa participação. Bem localizado, com estacionamento, fácil acesso, uma estrutura linda. Estão de parabéns!

Luís Henrique Telles da Rosa

Vice-reitor da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)



A nova sede irá impulsionar a capacidade do sindicato de atrair os seus associados para grandes atividades. Imagino que este auditório será palco de muita coisa, não só do ponto de vista sindical, mas também do ponto de vista acadêmico e cultural.

Sempre defendi a construção de uma sede fora dos campi, porque este espaço é nosso. Não dependemos de nenhum espaço público, de nenhum reitor. Isso cria uma independência que o Sindicato talvez nunca teve, financeira inclusive, já que este espaço é, potencialmente, autossustentável. A minha visão é de esperança, de um sindicato que vai completar 40 anos na próxima gestão e está cada vez mais forte.

Eduardo Rolim de Oliveira

Presidente do PROIFES-Federação e
Diretor de Relações Sindicais da ADUFRGS

tamos uma excelente empresa de arquitetura, que fez esse projeto tão bonito e que conseguiu entregar a obra dentro do prazo estipulado”, comemorou Mors.

A política de utilização dos espaços, segundo ele, será definida no início da nova gestão. “Já temos a ideia de promover muitas atividades culturais e sociais, incentivando a formação de grupos temáticos sobre arte, lazer, realizando debates, seminários, ou seja, ocupando realmente este espaço.”

Mors antecipou que os espaços disponíveis também poderão ser oferecidos a outras entidades. “Existe uma tradição no movimento sindical que é a solidariedade entre sindicatos. Assim como nós, quando morávamos numa sede pequena, usamos algumas vezes espaços de outros sindicatos, centrais sindicais e de outras organizações, agora temos condições de oferecer isso a quem precisar”, explicou.

O presidente do PROIFES-Federação, professor Eduardo Rolim de Oliveira, destacou a conjuntura na qual a ADUFRGS inaugura sua nova sede. “Inauguramos este prédio num momento muito difícil da vida nacional, com o golpe institucional que tivemos há pouco tempo, com os retrocessos nas liberdades democráticas que estamos vivendo a cada dia e, principalmente, com propostas que visam a diminuir muito a possibilidade de avanços para a classe trabalhadora, como a PEC 241/16.”

Rolim lembrou, ainda, que a ADUFRGS representa mais de 3,6 mil associados, “o que mostra seu grande potencial de formular política, além de ser um sindicato extremamente democrático, plural, que respeita as visões diversas existentes na categoria”.

Simbolicamente, ele espera que a nova sede represente um sindicalismo forte e combativo, “o que, talvez, seja muito mais necessário hoje do que foi nos anos que se passaram”. Neste sentido, o presidente do PROIFES desejou que “este prédio seja, para nós, professores e professoras da UFRGS, do IFRS, do IFSul e da UFCSPA, uma trincheira de resistência da classe trabalhadora do Rio Grande do Sul e da defesa dos nossos direitos da educação pública, gratuita e de qualidade”.

Para Claudir Nespolo, presidente da CUT-RS, o movimento sindical observa, “com muita tristeza”, um período de retrocessos, principalmente em direitos e em políticas sociais, “o que aumenta muito a responsabilidade de utilizar essas conquistas, que



Estou muito bem impressionado. A sede é muito bonita, bem organizada, a recepção nos choca positivamente.

Sabemos que o povo gaúcho é bem organizado, trabalhador. A nossa visita é no sentido de captar algo da experiência do que a ADUFRGS está fazendo aqui, que está muito bem, inclusive enquanto gestão.

Wilson Erbs

Presidente da Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (APUSC-Sindical)



Achei a sede fantástica, charmosa. Acho que essa é a palavra que mais definiria. Tem nichos muito bonitos, me chamaram muito a atenção os jardins suspensos. Foi a primeira coisa que eu fui olhar, e gostei muito. E que espetáculo de design, os ambientes muito bem bolados, muito bem concebidos e os móveis muito apropriados e bem distribuídos os espaços. Espetacular! É um contraste da água para o vinho em relação à sede atual. Chama a atenção que deve ter sido um esforço homérico para construir uma obra deste tamanho, sem precisar se desfazer da sede antiga.

Ribas Antonio Vidal

Professor da Faculdade de Agronomia UFRGS



Estou muito feliz de estar aqui hoje, de conhecer esta casa. Ela vai dar a oportunidade aos professores se integrarem mais, reunirem as suas expectativas. A casa é linda, moderna, o lugar está belíssimo, a vista daqui é fantástica, as cores são maravilhosas, esse amanteigado, café com leite, tudo envidraçado, tem um espaço social maravilhoso, recepção fantástica, o estacionamento facilita o acesso. É o que as pessoas buscam: conforto, segurança... Em síntese, é arrojada, linda, adequada para este tempo e necessária. Ela tinha que acontecer. É uma forma de valorizar a educação, o trabalho do professor. A gente se sente no lugar que deveria estar. A ADUFRGS está proporcionando isso.

Marlene Brugalli

Professora aposentada do Colégio de Aplicação da UFRGS

são os espaços físicos e a ampliação da base, para construir a resistência da classe trabalhadora contra a redução e extinção de direitos". A resistência, enfatizou, "exige solidariedade de classe" e, parabenizando os professores, desejou que a nova sede "seja de muita convergência, de muita luta, do bom e velho sindicalismo".

"A inauguração desta casa não é apenas a concretização de um sonho, de um compromisso. É também o testemunho do zelo que a ADUFRGS tem tido com o seu patrimônio financeiro, político e social", disse Maria Luiza Ambros von Holleben, que presidiu a ADUFRGS-Sindical durante todos os estágios da obra.

"Desde a sua fundação, em 1978, a ADUFRGS, então Associação dos Docentes da UFRGS teve vários endereços", relembra a professora. "Inicialmente, reunia-se em salas de aulas, foi crescendo em número de sócios e necessitando de espaços maiores, que eram locados ou cedidos, até que, em 1998, na gestão do professor

Renato de Oliveira, foi adquirida a sua primeira sede própria, na Rua Otávio Corrêa, 45".

Em 2008, a Associação dos Docentes da UFRGS se transformou em Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre, passando a representar, além dos professores da UFRGS, da UFCSPA e dos campi do IFRS de Porto Alegre e Restinga. O próximo passo, relembra Maria Luiza, "aconteceu em 2016, quando, atraídos pela política propositiva e de negociação do novo movimento docente, professores de outros municípios reivindicaram o direito de ser representados pelo nosso Sindicato. Nascia, assim, o Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do RS, representando mais onze municípios, além de Porto Alegre".

A ampliação tornou urgente uma necessidade que já existia: "ampliar as instalações do Sindicato, para melhorar as condições de atendimento ao crescente



A minha primeira impressão sobre a nova sede é muito boa. A arquitetura é bastante moderna, imponente. De certa forma, reflete a maturidade, a concretude da Instituição, tanto no seu aspecto estético quanto nas suas funcionalidades. Fiquei muito impressionado com espaços

como o do auditório, alinhado com a questão da acessibilidade, refletindo, de certa forma, a postura dessa gestão. Como professor associado, fico muito satisfeito em ver concretizada uma etapa de expansão da ADUFRGS. Estou me sentindo muito bem recebido e feliz por fazer parte desta comunidade, que é a ADUFRGS.

André Iribure Rodrigues

Vice-diretor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, professor do curso de Publicidade e Propaganda



É o prédio com a melhor arquitetura, o mais bonito, em termos de infraestrutura, de organização, de tudo. Com uma superestrutura como essa, é

impossível que os sindicalizados não se sintam confortáveis. O dinheiro do sindicalizado foi bem investido.

Flávio Alves da Silva

Presidente do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg) e vice-presidente do PROIFES-Federação



Fiquei muito bem impressionado. O prédio se destaca pela sua bela arquitetura, pelo seu desenho. Achei muito lindo e quero me congratular com a ADUFRGS e com os que projetaram este prédio. Realmente é muito bonito.

Ludwig Buckup

Biólogo e professor aposentado do Instituto de Biociência da UFRGS



número de associados, com serviços como planos de saúde, plano odontológico, expansão do atendimento jurídico, serviços de tecnologia, entre outros". A decisão foi construir uma nova sede, em terreno adquirido em 2011, na primeira gestão da professora Maria Luiza à frente da ADUFRGS. "Assim, com um projeto arrojado e com as mais modernas tendências de engenharia e arquitetura, construímos, entre agosto de 2014 e novembro de 2015, esta grande obra, que reflete a força da nossa convicção na defesa da educação, da dignidade e da valorização do trabalho docente".

Maria Luiza encerrou falando do orgulho da Diretoria por ter cumprido uma promessa feita em sua posse, em 2013: "deixamos um legado precioso para aqueles que nos sucederão e para os nossos atuais e futuros filiados".

Para descerrar a placa de inauguração, Maria Luiza convidou o professor Renato

Oliveira. Nela, a ADUFRGS Sindical reafirma "o seu compromisso na defesa da educação, da dignidade, da valorização do trabalho docente". Após a solenidade, os convidados participaram da inauguração do novo auditório Professor José Fraga Fachel. Falando em nome dos docentes, Paulo Mors afirmou que "nada seria mais justo do que batizar o espaço mais nobre desta nobríssima casa de trabalhadores da educação com o nome de seu fundador, professor José Fraga Fachel".

Em nome da família, a professora da UFRGS, Jandyra Fachel, filha do homenageado, agradeceu à ADUFRGS. "Nos últimos anos de vida, ele tinha uma alegria ainda maior de participar das atividades da ADUFRGS", afirmou, e concluiu: "Sentimos muito por ele não estar mais presente entre nós, mas, tenho certeza, que está assistindo, bem feliz, lá de cima, essa homenagem".



Adorei o design da nova sede, todo ele muito clean, muito funcional, muito agradável. Acho que a ADUFRGS estava num espaço muito apertado. Aqui, ela está mais perto do Campus, onde está a maioria dos alunos e dos professores. Desejo que este se torne um espaço de convivência, como a Maria Luiza propôs, com a criação de grupos por afinidade. A ADUFRGS, hoje,

tem uma participação maior dos professores mais antigos. É importante que, agora, com a nova sede, a Associação atinja a universidade que se renovou quase que integralmente nos últimos 10 anos. A ADUFRGS precisa aproximar o pessoal jovem, para revitalizar, renovar, ter novas ideias. Com esse espaço, há algo concreto a oferecer, além do trabalho político e da assessoria jurídica.

Ondina Fachel

Professora aposentada do Departamento de Antropologia da UFRGS

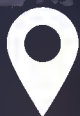
Adorei este espaço para encontrar os professores. É uma conquista muito importante. Neste momento difícil para o País, percebemos um grande esforço, quase um milagre, da Diretoria para construir este prédio. Estou bem satisfeita com o gerenciamento do nosso dinheiro. Já uso serviços da Adufrgs, como convênio dentário, e espero que, com a nova sede, sigamos tendo essas facilidades e que possamos usar este espaço junto com os colegas, independente de serem sindicalizados.

Vanessa Leotti Torman

Professora do Departamento de Estatística do Instituto de Matemática e Estatística da UFRGS



A nova sede da ADUFRGS em números

**Endereço:**

Rua Barão do Amazonas 1581,
Bairro Jardim Botânico

**Início da obra:**

Setembro de 2014

**Conclusão da obra:**

Novembro de 2015

**Área construída:**

2,3 mil metros quadrados
(quatro andares e mais subsolo)

**Empresas contratadas:**

Santini e Rocha Arquitetos
(arquitetura e administração) e a
MSR Engenharia (engenharia civil)

Estrutura:**Térreo:**

Recepção, banheiros, copa, auditório, com
120 lugares, e estacionamento (subsolo).

Segundo piso:

Salas dos setores administrativo, jurídico, de convênios,
da comunicação, de reuniões de trabalho, do servidor e
de equipamentos de tecnologia e de segurança do prédio,
do arquivo de documentos e do gerente geral, refeitório
com copa e cozinha, deck com várias plantas de
jardinagem e banheiros com chuveiros.

Terceiro piso:

Sala da presidência, sala de convivência dos associados,
biblioteca e banheiros.

Quarto piso:

Salão de confraternização, copa, cozinha, churrasqueira,
e área externa com vista panorâmica.

O prédio possui um elevador com capacidade para 8
pessoas, sistema de segurança monitorado por câmeras,
alarme acionado por sensores, cerca elétrica e, em todos
os andares, acesso *wi-fi* para internet.



A nova sede é fantástica, moderna, ampla. A única crítica que eu faço é que achei um pouco acanhado o auditório com relação ao tamanho do sindicato, mas está excelente, assim como a localização. E as áreas de convivência também ficaram interessantes. Depois de ficar por tanto tempo na sede antiga, meio apertada, esta aqui é bem mais espaçosa, com um design muito bonito. E o salão de festas, poderá receber atividades lúdicas. Por exemplo, vou propor à Diretoria realizar uma festa colombiana, aproveitando que minha esposa é chef, para que se conheça um pouco da cultura colombiana, suas músicas e gastronomia.

Felix Gonzalez

Professor titular da Faculdade de Veterinária e ex-diretor da ADUFRGS

O prédio é muito imponente. Demonstra a força que a ADUFRGS obteve com a expansão, a interiorização e a integração de novos associados. Para o grupo de aposentados do qual participo, a visita à nova sede se tornou uma atração, por si só. Pensamos em promover leituras, discussões, palestras temáticas, no espaço da biblioteca. Já pensamos até sobre o que será a primeira palestra, a Yoga, um tema que atrai a todos. Temos que aproveitar a nova sede.

Glória Isabel Sattamini Ferreira

Professora aposentada da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS (Fabico) e ex-diretora da ADUFRGS



Estou encantado com a nova sede: linda, muito funcional, acolhedora. A ADUFRGS, os professores na ativa e os aposentados merecem este local, que será um lugar de encontro, de debates, de diálogos, de festas. Achei extraordinário. Localização muito boa, porque está no meio do caminho entre o Campus do Vale e o Campus Central. Não é uma construção luxuosa, mas funcional, feita com muito bom gosto também. Com tantos escândalos de corrupção, que vemos por aí todos os dias, fico muito feliz em ver exceções como essa aqui. A atual diretoria merece todos os louvores e o nosso agradecimento.

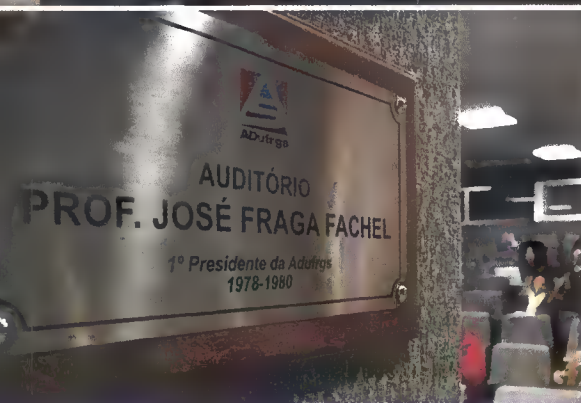
Balduino Antonio Andreola

Professor aposentado do Instituto de Educação. Aos 84 anos, faz pós-doutorado na UFRGS





Jandyrá Fachel, filha do homenageado



José Fraga Fachel:

Ele acreditava em utopias e sonhos

Nome do auditório da nova sede da ADUFRGS-Sindical homenageia professor da UFRGS

José Fraga Fachel nasceu em Porto Alegre em 5 de junho 1927. Filho de comerciante, frequentou o ensino primário e secundário no Colégio das Dores. Em 1949, formou-se em Contabilidade na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e, em 1951, em Ciências Sociais, também na PUC. Na época, não havia o Curso de Ciências Sociais na então Universidade do Rio Grande do Sul (URGS).

Defensor incondicional do ensino público e gratuito, Fachel foi aprovado em concurso para o magistério nas Escolas Normais Rurais, criadas por decreto governamental em 1952. Lecionou em Erechim e, posteriormente, foi transferido para Santa Cruz do Sul, onde viveu e deu aulas por oito anos. Também foi professor na Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, no Colégio São Luiz e no Colégio Mauá.

Em 1962, ingressou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como assistente do professor Laudelino de Medeiros, que era o Catedrático. Também lecionou na Faculdade de Filosofia do Seminário Maior de Viçosa, onde Don Ivo Lorscheiter era vice-reitor.

O início de sua docência na UFRGS coincide com um período político conturbado na história do Brasil. Em 1961, participou da



Este prédio é parte da vida de cada um da Diretoria da ADUFRGS. Cada um teve uma função importante. Ele tenta representar o que nós somos como professores. Crescemos muito e essa é a casa dos professores da ADUFRGS. Aumentamos nossa base e esse é um momento de unidade dos professores, um local para eles se encontrarem. Tenho uma visão de que isso aqui deve ser um espaço de happy hour para os professores virem no final da tarde, para que possam conversar, falar, ter um ambiente para discutir. É a partir dessa convivência, da diversidade de opiniões, que surgem inovações, ideias diferentes. Tenho muita esperança e sou muito feliz com o que construímos. Este local fará diferença. Podemos nos tornar um paradigma para os sindicatos dos professores de todo o Brasil.

Ricardo Savaris

Professor da Faculdade de Medicina/UFRGS e diretor da ADUFRGS.



É gratificante poder participar dessa inauguração, porque é uma sede muito bonita e espaçosa. Aqui, com certeza, os professores irão se sentir superconfortáveis. E, o mais importante: será uma forma de trazer os docentes para mais perto do Sindicato e de fortalecê-lo politicamente.

Luciene da Cruz Fernandes

Diretora de Comunicação e Cultura do Sindicato dos Professores Universitários da Bahia (APUB)

Campanha da Legalidade e, a partir deste momento, buscou formas mais organizadas de atuação, em grupos de estudos e reflexão vinculados a pastorais da Igreja Católica.

Construiu uma trajetória de resistência contra a ditadura. Mesmo antes de 1964, foi crítico incansável do movimento golpista. Para Fachel, muito mais do que por uma revolução social, ainda que este fosse um objetivo a ser alcançado, o importante era o processo, a crença em utopias e sonhos, como costumava dizer. Foi um defensor contumaz da justiça social, do estado de direito e da democracia e, nos últimos tempos, antes de morrer, estava triste e preocupado com os descaminhos da atual crise política brasileira.

Uma vez, disse a uma de suas filhas que, quando morresse, não queria rezas, mas que lessem a poesia de Carlos Drummond de Andrade "E Agora, José?". Fachel morreu em 4 de fevereiro de 2016 com 87 anos de idade e, atendendo seu pedido, o poema foi lido em seu enterro. ■



Netos de José Fraga Fachel descerraram a placa de inauguração do auditório



A sede é digna da categoria que representa. Fiquei com vontade de propor algo parecido no meu Sindicato, porque é um projeto muito bem bolado e bem estruturado. Está pronto para acolher professores de vários municípios. Tenho certeza que os docentes representados pela ADUFRGS ficarão muito orgulhosos e aproveitarão muito a nova sede nos próximos períodos.

Nivaldo Antonio Parizotto

Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos (Adufscar- Sindicato)



Chegamos ao ideal de interação entre arquiteto e cliente. Houve a discussão sobre cada detalhe, cada viga, cada ambiente, cada textura. E, aliado ao gerenciamento da obra, foi possível fazer uma boa arquitetura a um custo baixo. Temos certeza que o resultado agradou a todos, tanto na beleza como na funcionalidade das instalações, que reforçará a identidade da ADUFRGS como um sindicato sólido e de vanguarda.

Cícero Santini

Arquiteto responsável pela obra da nova sede da ADUFRGS-Sindical

Com foco na inclusão social, IFRS Campus Alvorada inicia atividades em sede definitiva

Por Araldo Neto

O município de Alvorada, localizado na região metropolitana de Porto Alegre, vive um momento especial na área da educação. Após três anos, instalado provisoriamente no Centro Profissional Florestan Fernandes, o Campus do IFRS inaugurou sua sede definitiva na cidade. O novo espaço vai possibilitar a ampliação da oferta pública e gratuita de educação profissional para Alvorada e região.



O diretor do Campus, professor Fábio Azambuja Marçal, lembra que o município de mais de 200 mil habitantes teve, por muito tempo, esse direito à educação profissional negado. Com a presença do Instituto, a população enxerga um caminho interessante para se capacitar. “Temos ciência de que estamos em um lugar extremamente carente. Em contrapartida, é uma cidade muito rica na expectativa de querer crescer e querer educação. É com esse olhar que as pessoas nos procuram. Esse olhar é que nos fortalece e nos encoraja para construir o Campus do Instituto Federal aqui em Alvorada”, destaca.

Desde 2013, quando o IFRS fincou bandeira do município, a instituição já mudou a vida de muitas pessoas. Muitas delas não teriam acesso à educação em outro espaço. Dos cerca de 150 alunos que hoje estudam no IF, 80% são beneficiados com bolsa de assistência estudantil. Desses 80%, em torno de 10% vivem em situação de vulnerabilidade. A estrutura de assistência social do Campus identificou que muitos deles não teriam condições de permanecer estudando se não recebessem esse tipo de benefício. De acordo com Fábio, a perspectiva da inclusão é prioridade na instituição de Alvorada. “Nós queremos ter o estudante trabalhador aqui”, projeta. Para isso, uma das metas é criar cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), que tem previsão de início neste semestre. “Existe uma demanda muito grande de Educação para Jovens e Adultos (EJA) no

Rio Grande do Sul. Em Alvorada, apenas duas escolas tem EJA no ensino médio”, ilustra.

Os eixos de atuação do Campus Alvorada foram definidos em audiências públicas. Nelas, ficou definido que a Instituto abordará temas ligados à ambiente e saúde, segurança, gestão e negócios, informação e comunicação, e produção cultural e design. Atualmente, o Campus possui dois cursos técnicos subsequentes em andamento: “Tradução e Interpretação de Libras” e “Agente Comunitário de Saúde”. O curso de “Tradução e Interpretação em Libras” é a única oferta pública no Rio Grande do Sul, o que gera grande procura. “Nossa oferta neste curso mostra que a educação profissional tem uma responsabilidade social imensa. Ela tem que atender a necessidade de públicos que, historicamente, foram excluídos, neste caso, a comunidade com deficiência auditiva”, argumenta. Já o curso de “Agente Comunitário de Saúde” surgiu através de parcerias com prefeituras, pois era necessário capacitar tecnicamente os agentes. O Campus possui, neste curso, duas turmas em Novo Hamburgo e uma em Alvorada. O diretor aponta que as parcerias com o setor público devem ser fortalecidas neste momento de escassez de recursos. “Acho que pode ser um caminho interessante para todos”, afirma.

Com a chegada à sua nova sede, o Campus vai abrir o curso de “Processos Fotográficos”, que está previsto para o segundo semestre deste ano. Já para 2017, o objetivo da direção é iniciar o curso de ensino médio integrado. Segundo Fábio Marçal, o grande





Rua que dá acesso ao Campus não tem pavimentação. Diretor Fábio Marçal (foto) acredita que situação será contornada com o avanço das atividades da instituição no local.

envolvimento dos estudantes com o Campus vem deste curso, no comparativo com outras instituições. “O ensino médio integrado tem uma proposta de formação integral do ser humano. Queremos um estudante que saiba música, matemática, que tenha contato com a tecnologia, com a ciência, com as disciplinas de formação geral, e que tenha uma profissionalização para romper com a lógica de uma formação profissional submetida às questões de mercado. A educação básica é maior que isso. Essa é a bandeira que a gente levanta quando se propõe a construir o ensino médio integrado: ver um ser humano na sua integralidade”, explica.

Raio X da nova sede

A nova sede da instituição está localizada na Rua Professor Darcy Ribeiro, 121, no bairro Onze de Abri, em uma região com grande concentração populacional. Em seu endereço definitivo, o Campus terá um prédio de dois pavimentos, com 2,7 mil m² de área construída. O prédio conta com espaços utilizados como salas de aula e laboratórios, biblioteca, auditório, sala de professores, sala para os núcleos de pesquisa e extensão, e gabinete da direção. Com essa estrutura, a projeção da direção é atender entre 600 e 800 alunos. Para suprir a demanda atual, o Campus Alvorada dispõe de 24 servidores, sendo 12 docentes e mais 12 técnicos-administrativos.

Problemas no entorno

Virada a página da conquista do novo espaço, o próximo passo deve ser a luta por melhoria de condição na infraestrutura do entorno do Campus. A reivindicação mais urgente é a melhoria da via de acesso ao Instituto. As más condições prejudica a chegada dos estudantes ao Campus. De acordo com a Prefeitura de Alvorada, o orçamento municipal é insuficiente para executar a obra de pavimentação, restando a alternativa de captar recursos federais ou estaduais. O problema, no entanto, não tira o sono do diretor do Campus Alvorada. Para Fábio Marçal, o processo será contornado naturalmente, com o aumento do fluxo de estudantes ao Campus. “O que não podemos imaginar é que teremos a condição ideal para dar um passo. A situação ideal a gente constrói à medida que a instituição vai avançando”, conclui.

Alvorada na contramão dos índices de emprego

Todo esse incremento de ofertas de qualificação profissional também gera impacto positivo na economia alvoradense. Em 2015, enquanto a grande maioria das cidades registrou queda no número de vagas, Alvorada teve um crescimento de quase 7% na oferta de postos de trabalho. ■

Comitê combate a intolerância e discriminação no ambiente acadêmico

Por Daiani Cerezer

Em 2015, foram registradas 54 ocorrências classificadas como “casos de assédio envolvendo gênero e raça”.

RESPEITO

VAMOS CONSTRUIR JUNTOS?

A última década foi marcada por uma considerável ampliação do acesso de setores historicamente excluído ao Ensino Público Superior. Além da criação de dezoito universidades públicas federais, mais de um milhão de alunos foram contemplados com bolsas integrais e parciais do Programa Universidade para Todos (Prouni). Segundo o Ministério da Educação, somente em 2013, o Sistema de Seleção Unificado (Sisu) garantiu o ingresso em universidades para mais de cem mil jovens.

Mais estudantes, maior a diversidade e maior o risco de intolerância e preconceito. Diariamente, casos de racismo, xenofobia, homofobia, exigem ações institucionais de combate a todas as formas de discriminação. Foi com este propósito que a UFRGS lançou, no mês de maio, o Comitê contra a Intolerância e a Discriminação. O objetivo é promover a equidade, os direitos humanos e a cultura da paz no âmbito da universidade.

O coordenador do Comitê, Edilson Nabarro, explica que “a situação conjuntural do Brasil, e o agravamento do pensamento conservador, está contaminando o espaço das universidades. Há uma disputa entre posições políticas ideológicas vinculadas com uma agenda de Direitos Humanos”.

O Comitê, que tem caráter institucional, é permanente e vai acompanhar, monitorar e mediar, através de ações preventivas e pedagógicas, a resolução dos casos de intolerância. De acordo com Nabarro, ele é composto por servidores técnicos, docentes e alunos com relativa experiência e sensibilidade no trato deste tema.

Somente em 2015, foram registradas 54 ocorrências classificadas como “casos de assédio envolvendo gênero e raça”. Considerando que são denúncias formais, oriundas de servidores, alunos e anônimos, o número é expressivo. Nabarro acredita que, “dando visibilidade a este tema, na academia e na sociedade, a instituição assume responsabilidades sobre os atos que ocorrem no seu meio e que precisam ser enfrentados.”

Para além da criação do Comitê, a UFRGS vem atuando em diferentes frentes a fim de assegurar que



Coordenador do Comitê, Edilson Nabarro

as políticas públicas de ações afirmativas, no setor da educação, estejam em consonância com as diretrizes de combate à discriminação racial, étnica, de gênero e de orientação sexual. Além de debates, estão sendo realizadas pesquisas para aprofundar o conhecimento dos casos de intolerância e discriminação praticados no meio acadêmico.

A professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Natalia Pietra Méndez, investiga temas relacionados a gênero, estudos feministas, história das mulheres, entre outros. Como palestrante, ela participou do Ciclo Conversas Contra a Intolerância e Discriminação, uma das atividades do Comitê, que ocorreu em final de junho, no Campus do Vale.

Para Natalia, “a cultura do estupro se manifesta em diferentes sociedades e pode ser identificada com uma série de práticas e discursos recorrentes, que transformam o corpo feminino em um mero objeto a ser tomado, conquistado e usufruído pelo sujeito masculino”.

Os casos de assédio sexual são cada vez mais

numerosos e ocorrem em diversas instituições de ensino, segundo a professora. “Casos de estupro já se tornaram públicos em universidades brasileiras, praticados por estudantes de cursos onde o abuso sexual é parte de certos rituais de iniciação das calouras. Na maioria dos casos, os abusadores são professores ou colegas do sexo masculino e as vítimas, estudantes mulheres. A prática do assédio, a banalização e naturalização de qualquer forma de violência contra mulheres e contra a população LGBT fomentam a cultura do estupro”, afirmou.

É preciso combatê-la e, para isso, Natalia diz que, “ao promover atividades que permitam discutir o tema, a UFRGS já está cumprindo um papel relevante, porque é fundamental que haja um comprometimento institucional no combate à violência. O Comitê, em conjunto com a comunidade universitária, poderá ser eficaz no acolhimento e acompanhamento de denúncias.”

O Comitê contra a Intolerância também pode “contribuir para que avancemos no debate sobre relações de gênero e sexualidade, considerando a importância destes temas para formação profissional em diferentes áreas, principalmente aquelas relacionadas com saúde, educação e direito”, defende Natália. Na opinião dela, os profissionais nem sempre estão preparados para agir, quando se deparam com uma situação de violência sexual. Vale ressaltar que dados produzidos a partir de prontuários do Sistema Único de Saúde (SUS) demonstram que a maioria dos estupros é praticada por homens, que possuem vínculos com suas vítimas, especialmente quando estas são crianças e adolescentes.

As universidades têm sido palco de uma onda crescente de ocorrências, que envolvem discriminação relacionada à violência sexista. E não é novidade que essas situações nem sempre chegam a ser denunciadas. Muitas mulheres não registram situações de violência, porque elas têm dúvidas se receberão o apoio que necessitam da instituição, pelo medo da exposição e, também, de represálias. “São mulheres que estão na universidade para



Clívio Terceiro, professor do IFRS Campus Porto Alegre

construir suas trajetórias profissionais e receiam que seu envolvimento nestes casos possa influenciar negativamente em sua imagem”, diz Natalia, lembrando que “estes pensamentos são comuns entre as mulheres, justamente porque ainda vivemos uma cultura que as responsabiliza pela violência sofrida”.

Para exemplificar um caso de discriminação relacionada ao gênero, Andressa Klemberg, 20 anos, 6º semestre de Gestão em Saúde na UFCSPA, conta que, quando fazia o Curso Técnico em Administração, no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), sofreu preconceito porque decidiu fazer um trabalho sobre uma empresa automobilística, tema escolhido por ser apaixonada por carros.

Para a estudante, “o preconceito maior sempre foi e é pela questão de gênero, porque, no caso do meu estudo, carro não é assunto para mulher. Há uma tentativa de descrédito quando uma garota de 18 anos resolve mostrar que sabe, gosta e pesquisou a fundo sobre o tema”.

Andressa conta que professores, colegas e visitantes de feiras das quais participou, muitas vezes, queriam mostrar que entenderiam mais do assunto do que ela, e faziam testes para provar que ela não sabia mais do que o que estava escrito no pôster. “Muitas vezes, as pessoas me disseram que estavam surpresas, e que não entendiam os motivos do meu interesse no assunto, sugeriram que eu abordasse outros temas e diziam, claramente, que aquele era um assunto masculino.”

Andressa considera que os padrões de exclusão

são constantemente repetidos, de modo socialmente aceito como "normal", fazendo com que os interesses femininos por determinados assuntos sejam refreados. "O resultado é que somente com muita vontade e perseverança uma mulher se mantém nas frentes de pesquisa, trabalho e atuação que realmente deseja".

O professor de Administração do IFRS – Campus Porto Alegre, Clívio Buenno Soares Terceiro, lembra que "a universidade não está separada da sociedade e, no seu interior, a cultura do estupro se manifesta de diversas formas". Os trotes, que são legitimados, "simplesmente porque fazem parte do rito de ingresso na universidade", colocam as alunas calouras em situações constrangedoras e quem não participa muitas vezes é excluído do convívio com os colegas. Esta é uma situação na qual o professor identifica "laços estreitos entre o machismo e a cultura do estupro".

Clívio acredita que o combate à cultura do estupro passa pelo debate sobre todos os transtornos gerados por este tipo de violência. "Entendo que depende muito mais dos homens do que das mulheres, que precisam aprender que ninguém possui o direito de violar o corpo de outro." Por outro lado, o professor adverte que tratar o agressor como "um monstro" é tão equivocado quanto acreditar que existem super-heróis. Esse "monstro", explica, "é uma pessoa, normalmente um homem, fruto de seu tempo e de uma sociedade que tolera o tratamento violento contra suas vítimas. Isso não atenua o delito, mas pode nos ajudar a compreender melhor o que leva alguém a cometer esse crime terrível".

Patrik de Souza Rocha, que hoje cursa o sétimo semestre de Licenciatura em Ciências da Natureza no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Campus Porto Alegre), lembra que o início não foi fácil. Cotista, ele e outros colegas na mesma situação eram alvo de piadas preconceituosas, que fizeram alguns estudantes desistirem do curso. E, como agravante, Patrick sofria discriminação relacionada à sua orientação sexual, pois é homossexual. "Vivemos numa sociedade em que, infeliz-

mente, tudo que foge do comum é considerado anormal. Obviamente, isso acaba avançando para espaços onde se produz conhecimento e onde as pessoas andam externando a intolerância de uma forma assustadora", lamenta.

Para Patrick, o diálogo é a melhor maneira de combater a intolerância. Ele acredita, porém, que muitos temas relacionados ao preconceito ainda são tabus e acabam sendo varridos para baixo do tapete. "Acho que precisamos de fóruns para discutir temas como escravidão, LGBT, gênero e religião, em todas as áreas do conhecimento, afinal todas lidam com pessoas e pessoas não são iguais umas às outras."

Para o estudante, o preconceito relacionado à sexualidade é pior ainda, "é perigoso, porque pessoas morrem em consequência disso. É inadmissível que, em pleno século 21, tenhamos mortes ou vítimas de ataques físicos ou psicológicos, causados por questões tão intrínsecas como a orientação sexual, a religião ou por características como a cor de pele", desabafa. ■



Natalia Pietra Méndez, professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS

Pacote de ameaças à Educação Pública

Por Araldo Neto

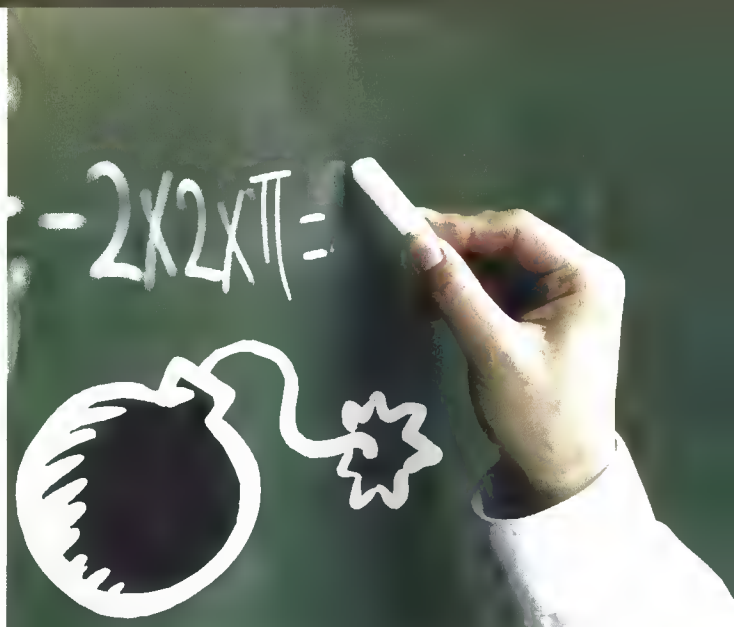


É preocupante o atual cenário político para a Educação Pública no Brasil. O pacote de projetos que tramita no Congresso Nacional, se aprovado, terá impactos dramáticos sobre os direitos dos servidores e as Instituições Federais de Ensino (Ifes). Conquistas importantes para a sociedade, como o Plano Nacional de Educação e o processo de expansão de Universidades e Institutos Federais, correm risco de não irem adiante. O mau tempo também está no horizonte dos servidores públicos, como o projeto de lei que impõe arrocho salarial nas próximas duas décadas. O PROIFES-Federação e a ADUFRGS-Sindical estão atentos e mobilizados para impedir que esses projetos possam prosperar. Confira a situação de cada um deles e o que irão representar na vida dos trabalhadores em Educação:

PLP 257/2016: alívio para Estados e Municípios, sacrifício para servidores públicos

O projeto faz parte do pacote de ajuste fiscal, que teve início no final de 2014. As medidas visam reestruturar o perfil das dívidas e dar maior capacidade de financiamento aos Estados e Município. Em 2013, o montante da dívida era de quase meio trilhão de reais. O PLP prevê o alongamento do contrato da dívida com o Tesouro Nacional por 20 anos, possibilidade de refinanciamento com o BNDES e desconto de 40% nas prestações pelo prazo de dois anos. Em contrapartida, Estados e Municípios serão obrigados a reduzir o gasto com pessoal, com medidas como a proibição de reajustes, a redução do gasto com cargos comissionados em 10% e a instituição de regime de previdência complementar de contribuição definida, entre outras.

O grande problema do PLP 257/2016 é que o preço da renegociação da dívida é cobrado dos servidores públicos, pois entre estas medidas está um arrocho nos direitos do funcionalismo público em todas as esferas, atrelado às medidas obrigatórias de contenção de gastos em todos os poderes, a partir de um valor estruturado sobre percentagem do PIB, a ser definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Isso significa que, se os gastos da União forem superiores a este percentual, um mecanismo automático de arrocho financeiro será acionado: o Regime Especial de Contingenciamento.



O PROIFES-Federação já repudiou o projeto de lei, pelo modo como onera o funcionalismo público. Segundo a entidade, o PLP 257/2016 não apenas será ineficaz em seus objetivos, mas terá efeito francamente contrário ao pretendido, uma vez que, ao diminuir seu quadro estável de profissionais ficará impossibilitado de oferecer à população, mesmo em parte, os direitos que lhe são garantidos na Constituição, e cujo provimento é exatamente o objetivo da gestão pública. “De modo perverso, ao tentar resolver o problema fiscal e instituir uma política emergencial de controle de gastos, o PLP incapacita este mesmo Estado a operar como deveria, garantido direitos constitucionais da população”, diz o documento. O PROIFES garante que lutará pela retirada do projeto no Congresso ou por sua rejeição na forma que está. O PLP 257/2016 tramita em regime de urgência e está pronto para análise do Plenário da Câmara.

PEC 241/2016: uma ameaça ao PNE e à expansão das Ifes

Também chamada de novo regime fiscal pelo governo Temer, a PEC 241/2016 estabelece um limite para a “despesa primária”, que não poderá exceder a realizada no ano anterior, corrigida pelo IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Esse limite vale para todos os poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo, compreendendo a administração pública federal direta e indireta, os fundos e as fundações, instituídos e mantidos pelo Poder

Público, e as empresas estatais dependentes. Como o IPCA só é conhecido após o encerramento do ano, a PEC 241 determina que, para calcular o limite, o governo estimará um valor para a inflação, que será usado na elaboração dos projetos da LDO e da Lei Orçamentária. Na fase de execução das despesas, no ano seguinte, será usado o valor final do IPCA, já conhecido, procedendo-se os ajustes nos valores dos limites. A instância que descumprir essa determinação ficará impedida de conceder, a qualquer título, “vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de servidores públicos”.

A proposta é alvo de abordagem no artigo “Avanços sociais ameaçados: é preciso impedir retrocessos e garantir conquistas”, escrito pelo diretor de Políticas Educacionais do PROIFES-Federação, Gil Vicente Reis de Figueiredo. Para ele, o cumprimento da lei irá acarretar um decréscimo anual no valor real dos salários dos servidores, durante 20 anos, porque dessa forma estará determinado na Constituição Federal. “Ocorre que, a cada ano, a folha de pessoal, que compõe a maior parte dessa despesa, tem crescimento vegetativo (progressões, promoções etc.). Além disso, há necessidade de contratações, para, no mínimo, fazer face ao aumento populacional do período”, explica o autor.

O sindicalista alerta que, se a PEC for aprovada, a Educação brasileira enfrentará retrocessos, como a impossibilidade de execução do Plano Nacional de

Educação (PNE), que prevê a ampliação dos investimentos na área de 6,2% do PIB (valor atual) para 10% do PIB. Além disso, porá um fim ao processo de expansão de Universidades e Institutos Federais, afetando, seriamente a atratividade da carreira de professor federal, ao impor uma redução drástica dos salários reais dos docentes, por duas décadas. Como reflexo da lei, Gil Vicente avalia que haverá enorme pressão por privatização das atividades fins das Ifes, como única forma de enfrentar o sucateamento, que será produzido em consequência da PEC 241.

De acordo com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (Democratas/RJ), é possível concluir a tramitação da proposta na Câmara até novembro. Depois de passar por uma comissão especial a ser criada, a PEC precisa de dois turnos de votação no Plenário da Casa.

PLS 782/2015 e PEC 395/2014: Projetos propõem cobrança de “mensalidade” em universidades públicas

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 782/2015, que tramita no Senado Federal, prevê cobrança de anuidade em instituições públicas de ensino superior a estudantes cuja renda familiar mensal seja superior a 30 salários-mínimos, equivalente a R\$ 26,4 mil. De autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto está nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, e ainda aguarda



designação de relator. Proposta semelhante já havia sido recusada em 2005 e considerada inconstitucional. O argumento central do projeto de lei é que o acesso às instituições públicas de ensino superior, diferentemente da educação básica, tem sido realizado, amplamente, por estudantes dos segmentos mais ricos.

A outra proposta é a PEC 395/2014, do deputado federal Alex Canziani (PTB-PR). O objetivo é excluir do princípio constitucional da gratuidade as atividades de extensão caracterizadas como cursos de treinamento e aperfeiçoamento, assim como os cursos de especialização da rede pública de ensino superior. A proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados e está pronta para ir ao segundo turno.

Para o assessor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Queiroz, os dois projetos estão dentro da lógica governamental de atacar o que ainda resta de direitos universais do Estado de bem-estar social. “A Educação e a Saúde não seriam mais direitos universais gratuitos”, adverte. Em artigo publicado sobre o tema, o presidente do PROIFES-Federação, Eduardo Rolim, afirma que a lógica, por trás destas propostas, é que a Educação “é uma mercadoria e não um direito”. A entidade é contrária à cobrança de mensalidades em instituições públicas em todos os cursos que conferem grau, do ensino infantil ao doutorado.

Recentemente, um editorial do jornal O Globo, publicado em 24 de julho, defendeu a privatização das universidades federais, sob o argumento da crise do País. “Por que não aproveitar para acabar com o ensino superior gratuito, também um mecanismo de injustiça social? Pagará quem puder, receberá bolsa quem não tiver condições para tal. Funciona assim, e bem, no ensino privado”, posiciona-se o editorial. No entanto, o texto do jornal ignorou todas as medidas que deram amplo acesso aos menos favorecidos economicamente às universidades nos últimos anos. A publicação redundou em uma nota

de repúdio da ADUFRGS-Sindical. Nela, o Sindicato reitera a necessidade de ampliar a democratização do acesso às universidades federais gratuitas e de qualidade como alternativa para o equilíbrio da desigualdade social e das contas públicas, bem como a sua posição contra a extinção de direitos e de políticas sociais historicamente conquistadas, apresentadas como solução para uma crise, cuja causa não é de responsabilidade do povo. “Saídas para a crise devem ser encontradas sem prejuízos à população, através da redução das margens exorbitantes de lucro dos bancos, do combate à sonegação de impostos, endêmica nas grandes empresas, e da taxação das grandes fortunas”, diz a nota da ADUFRGS.



PLS 193/2016: a polêmica “Escola sem partido” pretende “amordaçar” professor

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 193/2016, que inclui o programa “Escola sem Partido” dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), tem gerado amplo debate, e muita polêmica, em todo o País. De autoria do senador Magno Malta (PR-ES), ele tem como justificativa “a necessidade e urgência de adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.

Em artigo produzido sobre o tema, o professor do IFRS Campus Porto Alegre, Clúvio Buenno Soares Terceiro, afirma que a aprovação do Projeto de Lei

traria grandes problemas conceituais. Segundo ele, o trabalho docente exige, permanentemente, posicionamento e escolhas entre métodos de ensino, referenciais bibliográficos e teorias distintas. “Tentar eliminar esse processo de escolhas, retira o docente da relação professor-aluno-escola”, conclui. Clúvio questiona o projeto da Escola sem Partido, ilustrando a problemática que haveria entre os docentes nas mais diversas áreas do conhecimento. “Como um professor de história deve abordar em uma aula sobre as relações entre a Revolução Industrial e a precarização do trabalho? Qual o limite para o professor de matemática ensinar juros compostos e não ser considerado subversivo por estar ensinando a prática da usura? Como um professor de administração fará para dar aulas se a base conceitual da Administração é ideológica e orientada para a busca das maiores taxas de lucro? A base conceitual contrária também é ideológica. Como o professor de Literatura vai explicar a relação de texto e contexto das obras? Como o professor de Língua Portuguesa vai ensinar o porquê do novo acordo ortográfico?”, ilustra.

O professor do IFRS Campus Porto Alegre finaliza seu artigo, afirmando que a ideologia da “Escola sem partido” é amordaçar o professor e alienar o aluno de uma reflexão crítica sobre a realidade, para que se torne produto de uma única forma de pensar, ver, perceber e sentir. “Pode-se concluir que o partido da “Escola sem Partido” se chama “Partido da Mordaça Sem Crítica” – PMSC”, afirma. O projeto tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde aguarda o voto do relator, senador Cristovam Buarque (PPS-DF). Na visão do Diap, o senador deve optar pela rejeição do projeto.

Reforma da Previdência: elevar idade para obter benefício

O governo de Michel Temer prepara um conjunto de mudanças nas regras da Previdência. As mais drásticas atingem quem tiver até 50 anos, tanto na iniciativa privada como no setor público. Para os trabalhadores acima desta faixa etária, será criada uma regra de transição, uma espécie de pedágio para

a aposentadoria. Nestes casos, sobre o tempo que falta para o benefício, seria instituído um adicional de 40% a 50%. Um dos principais objetivos da reforma defendida pelo governo Temer é instituir o critério de idade mínima para a aposentadoria, de 65 anos para homens e de 62 anos, inicialmente. No futuro, a idade mínima para as mulheres também seria de 65 anos, podendo, ambas, ser elevadas para 70 anos. Hoje, a idade média das aposentadorias é de 54 anos. Com a imposição da idade mínima, o fator previdenciário e a fórmula 85/95 tendem a perder validade, já que não haverá mais aposentadoria por tempo de contribuição.

Na avaliação do presidente do PROIFES, Eduardo Rolim, o governo ignora que os mais pobres começam a trabalhar muito cedo, e que não se pode generalizar a ideia de que 60 anos é cedo para um trabalhador se aposentar, quando isso pode significar mais de 40 anos de trabalho. Cabe ressaltar que a expectativa de vida do brasileiro é de 75,2 anos, segundo o IBGE, com dados de 2015. O PROIFES-Federação já manifestou que é contrário a qualquer nova Reforma da Previdência, sem que, antes, ocorra uma real e efetiva Reforma Tributária, “que promova distribuição de renda, com a taxação das grandes fortunas, das transações financeiras especulativas e a efetivação da distribuição dos recursos de royalties de riquezas minerais para a área social”. De acordo com Eduardo Rolim, é preciso convencer a sociedade de que Previdência e Assistência Social são investimentos e não custo, e que seu financiamento é tarefa do Estado e da sociedade como um todo. No mesmo documento, o PROIFES-Federação reafirmou seu compromisso com a solidariedade geracional, com as aposentadorias integrais, para todos os trabalhadores, do setor público e da iniciativa privada, com a sustentabilidade do sistema previdenciário e com as garantias de que a previdência complementar, sistema existente já para milhares de professores federais, seja bem gerida e sustentável.

O governo pretende enviar ao Congresso Nacional a proposta de Previdência após o julgamento do impeachment da presidente Dilma Rousseff.



Em defesa da Educação, ADUFRGS e PROIFES participam de ato contra retrocessos em frente ao MEC

Entidades sindicais participaram, no último dia 29 de junho, de um grande ato, em frente ao Ministério da Educação (MEC), em defesa da Democracia, da Educação Pública e dos trabalhadores e trabalhadoras da Educação. Os educadores protestaram contra a PEC 241, o fim dos repasses das receitas do petróleo para a Educação e a Saúde, a privatização da Educação básica e superior, e o fim da aposentadoria especial do magistério do ensino básico. “Por conta de todas essas ações, a entidade está firme na luta contra os retrocessos na área social, principalmente na Educação, mas em todas elas também”, discursou o presidente do PROIFES-Federação, Eduardo Rolim, durante o ato. Pela ADUFRGS-Sindical estavam presentes os professores Vanderlei Carraro (1º tesoureiro) e Clúvio Buenno Soares Terceiro (IFRS/Porto Alegre).

Corte de verbas e ameaça de privatizações na Educação Superior domina debates no XII Encontro Nacional

Texto: Assessorias de Comunicação da ADUFRGS, ADURN, ADUFG e APUB

Fotos: Fabio Alves/PROIFES



O QUE FAZER?

Quais serão as estratégias dos docentes na luta contra os cortes na área de Educação e seus efeitos nas Universidades Públicas? Este foi um dos principais questionamentos que os delegados do XII Encontro Nacional do PROIFES buscaram responder. O tema do contingenciamento dominou as manifestações que abriram o evento, realizado no Rio Grande do Norte, entre 4 e 7 de agosto. Uma delegação de 16 professores foi escolhida para representar a ADUFRGS-Sindical.

Ângela Paiva Cruz, reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e presidente da Andifes, falou na abertura. Na opinião dela, houve uma “quebra de democracia” e, por isso, é preciso parar para debater a nova configuração política do Brasil. “Estamos vivendo um grande retrocesso, do ponto de vista político, do ponto de vista ético, do ponto de vista moral e do ponto de vista da economia, que não leva em conta que Educação é investimento”, disse. Em outro cenário, ponderou, “estaríamos discutindo as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), em especial a que trata da ampliação de vagas até 2024 nas Universidades Federais”.

A reitora lembrou que os dois últimos governos investiram maciçamente na Educação Superior, “ampliando a rede federal de universidades e institutos”, e advertiu que estes avanços, agora, “estão ameaçados”. Ela defendeu a união e mobilização dos professores, técnicos e estudantes para lutar pela consolidação da expansão e pela autonomia da universidade. “Educação, ciência e tecnologia não podem ser políticas de governo, têm que ser políticas

de Estado”, finalizou.

O presidente do PROIFES-Federação, Eduardo Rolim, disse que o momento político no Brasil é desafiador, e que isto acontece em um cenário mundial conturbado. “Nesse momento de resistência, é preciso entender o papel das entidades sindicais frente a um processo de mudanças institucionais, que estão longe de ser democráticas”, observou.

Rolim frisou que o PROIFES, por ser uma entidade plural, precisa entender as diversas visões que existem internamente, porém, sem admitir qualquer tipo de retrocesso. “Não aceitamos matrículas pagas nas universidades federais, não aceitamos a reforma da Previdência da forma como está colocada, não aceitamos que se tire a obrigatoriedade da Petrobras estar presente na exploração do Pré-sal”, afirmou.

Para um auditório lotado, a filósofa gaúcha Márcia Tiburi falou sobre democracia e intolerância, na noite de abertura do Encontro. Ela destacou a importância do ato de pensar, do chamado “vazio do pensamento”, e a impotência que temos hoje para lidar com o próximo. Abordou ainda o “vazio das ações”, que se concretiza no consumismo, e disse que o “golpe à democracia” simboliza uma efetivação dessa condição.

Em relação à intolerância, a filósofa lembrou que há dois tipos de extermínio: o direto, através da matança de jovens negros e pobres da periferia, e o indireto, que se produz a partir do descaso com a Educação Pública.

No final, ela lançou o desafio aos professores de se





mobilizarem neste cenário pós-golpe, engajando-se em movimentos sociais, invadindo as esferas institucionais, filiando-se a partidos políticos e tomando o poder, numa tentativa de mudar o Congresso.

Ameaças à Educação Pública

A conjuntura nacional de crise política e de ameaças à Educação Pública, e como enfrentá-las, foi tema do segundo dia de debates. O primeiro palestrante, professor Gil Vicente Reis, diretor de Relações Internacionais e de Políticas Educacionais do PROIFES-Federação, destacou que “as ameaças à ordem constitucional, à estabilidade econômica e aos direitos civis, políticos e sociais da sociedade brasileira” representam “ataques irreversíveis ao bem estar social, em especial, à Educação Pública”. Gil Vicente fez críticas ao programa “Ponte para o Futuro”, apresentado pelo governo provisório antes mesmo do afastamento da presidente eleita, Dilma Rousseff. “A desvinculação de receitas para Saúde e Educação estão na contramão do que foi amplamente discutido nas Conferências Nacionais de Educação, de 2010 a 2014, além de colocar em risco a implementação do Plano Nacional de Educação.”

O professor defendeu a necessidade de uma forte reação da sociedade organizada e dos sindicatos contra a aprovação da PEC 241, “que inviabiliza o PNE e representa o fim do processo de expansão de Universidades e Institutos Federais”. Segundo ele, a proposta afeta a atratividade da carreira do professor,

“ao impor uma redução drástica dos salários reais dos docentes por duas décadas”.

Gil Vicente criticou o governo Dilma que, segundo ele, no segundo mandato, “não cumpriu vários compromissos assumidos na campanha, como não retirar direitos dos trabalhadores, fortalecer o Estado nas áreas sociais e dar continuidade a um modelo de desenvolvimento baseado na melhoria de renda e de poder de compra da população”.

Eduardo Rolim de Oliveira, autor do texto “O Ensino Superior gratuito é uma garantia de acesso a todos e deve continuar”, alertou para uma nova ameaça de privatização das universidades. A retomada de argumentos antigos, como a alegação de que a gratuidade é injusta, porque beneficia os mais ricos, buscam justificar a proposta de privatização do sistema público de ensino, desconsiderando “todas as políticas de acesso criadas ao longo dos últimos anos, como a lei das cotas”, ressaltou.

Apesar de reconhecer os grandes avanços do governo Dilma, o professor Rolim considerou “contraditória a ampliação absurda do Fies, que beneficia o sistema privado de ensino. Ele lembrou que os recursos pularam de 1 bilhão de reais, em 2013, para 16 bilhões, em 2015. O presidente do PROIFES também criticou “a permissão para que os grandes conglomerados financeiros internacionais tomassem conta do sistema de educação privado”.

A tônica das intervenções foi a turbulência das medidas adotadas pelo governo de Michel Temer e

seu impacto na Educação Pública, em especial no Ensino Superior. O projeto Escola Sem Partido, a autonomia universitária e o Plano Nacional de Educação foram alguns dos temas mais debatidos. A maior ameaça, na opinião dos delegados, é o viés privatizante das políticas que devem ser adotadas nos próximos anos e o consequente enfraquecimento da proposta inclusiva, que vinha sendo construída, com programas como o ProUni, o Fies e a expansão das universidades federais. A meta de aplicação dos 10% do PIB no Ensino Público, conforme definição do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014 e com prazo de execução até 2024, também deve ficar mais distante.

Os docentes consideraram que o fortalecimento da presença de setores e entidades privadas na condução e realização efetiva de programas educacionais, é uma espécie de privatização do setor e que precisam ser construídas propostas efetivas para evitar um possível desmonte do Ensino Público.

Perspectivas do movimento docente

O debate sobre os desafios e as perspectivas do movimento docente ratificou a proposta de construção de uma verdadeira universidade pública, laica, gratuita, autônoma e de qualidade. Na avaliação do vice-presidente da ADUFRGS-Sindical, professor Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira, autor do texto "Da crise do denunciismo à crise do protagonismo", o movimento docente precisa transpor a etapa atual da crise política brasileira e se torna protagonista de ações que visem fortalecer os sindicatos e a luta dos trabalhadores.

Lúcio Vieira defende, ainda, que sejam reforçadas as alianças com outras entidades sindicais da área da educação, que se estabeleça como tarefa política a luta pela autonomia das IFEs, que se amplie as ações, combinando a luta democrática com a luta em defesa do PNE, e que se aprofunde o debate sobre o caráter público da Educação, com a criação de mecanismos de controle social. ■



Gênero, Etnia e Direitos Humanos

Na discussão sobre as questões de gênero, etnia e direitos humanos, foi proposta a formação de um grupo de trabalho em atenção aos grupos minoritários, a ampliação dos debates nos sindicatos e a promoção de um encontro das docentes negras das Instituições Federais de Ensino.

Os docentes também aprovaram um manifesto contra a cultura do estupro, com o mesmo teor do divulgado pela ADUFRGS-Sindical. Referindo-se aos dados oficiais, que registram cerca de 50 mil casos de estupro todos os anos, no Brasil, o documento lembra que "o estupro é um dos crimes mais subnotificados que existem, devido à cultura ideológica, legal, social e de costumes, que impõe o medo, o silenciamento e à culpabilização das próprias vítimas". Cunhado na década de 70, nos Estados Unidos, o termo "cultura do estupro", de acordo com o manifesto, mantém "absoluta atualidade". Referindo-se à adolescente carioca, que foi vítima de um estupro coletivo e teve sua imagem e dignidade expostas nas redes sociais, o manifesto adverte que "as expressões de ódio contra mulheres e discursos que protegem os agressores" acabam "encorajando outros casos de abuso".

Instituição dribla dificuldades para seguir como referência na educação infantil

No último mês de maio, a creche Francesca Zacaro Faraco, da UFRGS, completou 44 anos de fundação, uma história voltada para prestar assistência aos servidores e, também, para promover o ensino, a pesquisa e a extensão dentro da Universidade. Hoje, em torno de 100 filhos de docentes e técnicos da UFRGS são atendidos no local.

A diretora da creche, professora Ana Francisca Schneider Grings, destaca que o trabalho da instituição de ensino infantil vai muito além da assistência ao servidor, já que a creche funciona como uma espécie de campo de pesquisa para diversas áreas da Universidade, como psicologia, nutrição, educação física e odontologia, por exemplo. Dentro da creche, um projeto de odontopediatria atende as crianças há 30 anos. Aulas semanais do Curso de Medicina também acontecem no local. “Como a gente é campo, acabamos recebendo muitos olhares, que contribuem para essa formação totalmente plural e única, que só uma creche dentro de uma Universidade como a UFRGS pode oferecer”, destaca.

Hoje, no entanto, todo esse importante trabalho sofre as consequências do contingenciamento de verbas. Sem recursos, a creche realiza mutirão entre professores, funcionários e pais, para revitalizar os

espaços utilizados pelas crianças. Uma das ações foi a festa de São João organizada na instituição, no mês de junho. Para piorar a situação, recentemente, o Ministério do Trabalho autuou a UFRGS pela contratação de educadores infantis terceirizados. A Secretaria de Inspeção do Trabalho entende que os educadores desempenham atividade-fim, o que é considerado irregular. Os espaços deveriam funcionar com trabalhadores concursados. O problema é que o cargo de educador infantil não existe e, “por este motivo, a UFRGS terceiriza o serviço”. Por este motivo, a Universidade entende que o serviço deve ser mantido, sem prejuízo às crianças e interrupção das atividades normais. O fato, porém, “causou uma incerteza com relação à continuidade da creche”, admite Ana Francisca.

Pioneira como creche universitária no Brasil, a Francesca Zacaro Faraco foi criada na década de 70, época marcada por acirradas lutas das trabalhadoras, que reivindicavam atendimento às crianças de zero a seis anos. Na UFRGS, este processo foi concentrado, principalmente, pelas trabalhadoras e estudantes da área de enfermagem, o que justifica a instalação desta escola infantil no campus da saúde. A creche é destinada apenas ao atendimento dos filhos de servidores do quadro efetivo da Universidade.



Família do professor Paulo Cesar do Nascimento



Professora Daniela Pavani e sua filha Ana Luiza

Tranquilidade para os docentes

O professor Paulo César Nascimento, da Faculdade de Agronomia da UFRGS, considera que o serviço prestado pela creche é fundamental para que os docentes, que são pais, possam trabalhar com tranquilidade. “É um serviço que, efetivamente, não deveria faltar para ninguém, em nenhuma universidade pública ou até mesmo privada”, afirma. Paulo César é pai do André, de 7 anos, que utilizou a creche por quase seis anos. Ele destaca a preocupação dos educadores com a com o desenvolvimento e a socialização da criança, além da sua dedicação e do carinho. “Ele estava bem mais cuidado na creche do que se estivesse em casa”, diz. Para a professora Daniela Borges Pavani, do Instituto de Física da UFRGS, sua filha se sente como se estivesse em casa, quando vai para a creche da UFRGS. “É uma tranquilidade saber que eu posso voltar ao trabalho e minha filha está sendo atendida por profissionais carinhosos e preocupados com o desenvolvimento dela”, afirma. Daniela é mãe da pequena Ana Luiza, de 1 ano e 6 meses, que frequenta a creche há 1 ano.

Sofrimento Psíquico da população negra é tema de pesquisa na UFRGS

Mil entrevistados, em Porto Alegre e Pelotas, subsidiaram estudo sobre os efeitos do racismo na saúde mental das vítimas

por Adriana Lampert



Elizabeth Eckford, a primeira negra a desafiar o racismo nos Estados Unidos nas escolas exclusivas para brancos, em 1941.

Ser abordada na rua e receber uma proposta de trabalho em casa de família, como empregada doméstica, ou confundida com uma trabalhadora da limpeza ao entrar em um restaurante (ao invés de ser reconhecida como cliente) é uma situação recorrente para as mulheres negras, independente de sua classe social ou formação. Mas os homens também não estão livres dos constrangimentos. Eles precisam conviver com o medo de serem abordados com truculência pela polícia ou sofrer a humilhação de serem considerados inferiores em diversas situações, como em uma prova ou uma seleção de trabalho. Estas e outras circunstâncias, entre uma série de fatores, demonstram o preconceito latente e a certeza de que o Brasil é, ainda, um país muito racista.

Para entender melhor este fenômeno, a professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS, Raquel Silva da Silveira, decidiu pesquisar os efeitos do racismo na saúde mental da população negra. Implementado em 2015, com chancela do CNPq, o trabalho teve como base informações coletadas junto a cerca de um mil entrevistados, em Porto Alegre e Pelotas.

A professora Raquel, que é uma das coordenadoras do Centro de Referência em Direitos Humanos – Relações de Gênero e Diversidade Sexual (CRDH-Nupsex) da UFRGS, firmou parceria entre as áreas de Psicologia e de Saúde Coletiva da Universidade, de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e as secretarias municipais de Saúde de Porto Alegre e de Pelotas.

“Em 2014, o CNPq e o MEC lançaram um edital específico para projetos que impactassem na implementação e avaliação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Uma das exigências era que os estudos fossem articulados com a gestão pública e movimentos sociais de mais de uma cidade”, explica a docente. “Na época, eu trabalhava com Gênero e Raça na temática de Violência Contra Mulheres, com foco no Direito, e achei essa uma ótima oportunidade de voltar o olhar para a Psicologia Social, que é minha área de formação”, completa. Foi a partir daí que surgiu a pesquisa Racismo Relações de Saber-Poder e Sofrimento Psíquico, que vem sendo desenvolvida por uma equipe de alunos da UFRGS, entre bolsistas e voluntários, e funcionários das secretarias municipais de Saúde, sob a coordenação de Raquel.

Ambos os grupos coletam informações junto a usuários e profissionais de unidades básicas de Saúde de Porto Alegre e Pelotas. A pesquisa é quantitativa, explica a docente. “Seu referencial teórico-metodológico se embasa na analítica do poder de Michel Foucault, nos estudos feministas de gênero pós-estruturalistas e dos feminismos negros, e nas teorias das relações raciais da psicologia social crítica.” Atualmente, estão sendo aplicados dois questionários, um deles com 19 perguntas, que se referem a situações de racismo cotidiano. O outro instrumento de avaliação é baseado no SRQ-20, criado para mensurar o nível de suspeição de transtornos mentais. “Perder o sono, ficar sem apetite, se sentir imprestável na vida, querer se matar,

Foto: site <http://www.pragmatismopolitico.com.br>



<http://ahbrancodaumtempo.tumblr.com/>



são sintomas de sofrimento psíquico em fase inicial”, exemplifica a coordenadora. Em Porto Alegre, serão entrevistadas 800 pessoas, sendo que os demais participantes serão ouvidos em Pelotas.

A ideia é criar espaços coletivos para os participantes da pesquisa conversarem sobre os efeitos do racismo em seu cotidiano. “Incluimos no estudo, questões sobre o impacto do genocídio da juventude negra nas famílias negras das periferias: como estão as mães destes jovens, que ao sair de casa sabem que correm o risco de morrer nas mãos da polícia, por serem confundidos com assaltantes?”.

Sufrimento inicia na infância

Entre algumas respostas já coletadas, foi possível detectar que a incidência de racismo, pelo menos no Rio Grande do Sul, também é alta. A ponto de um usuário do SUS se negar a ser atendido em um posto de saúde, por causa da cor da pele do médico. “Temos como herança da escravatura a ideia de inferioridade, que faz, inclusive, que os professores tratem os alunos negros de forma diferente”, comenta Raquel. Ela destaca que, ainda hoje, há quem diga para crianças negras que elas precisam pentear o cabelo para ir à escola, e que elas não podem ir com o cabelo solto porque é feio. “São muitos os relatos, inclusive de crianças brancas ofendendo as negras,



Faculdade de Direito UFRGS, 2007

ou da solidão das jovens negras, que não são escolhidas para namorar ou casar. Elas até têm vida sexual, mas, na hora do compromisso, as mulheres brancas são preferidas.”

A pesquisadora observa que o fato da pele clara ser, socialmente, “mais valorizada”, faz com que a pessoa negra sofra o efeito das políticas de branqueamento. E ainda que o sistema de cotas esteja influenciando na mudança de perfil dos alunos das universidades, “a maior parte dos estudantes cotistas não é negra”, observa Raquel. “Pelo menos na UFRGS, 80% dos cotistas são brancos.” A docente reconhece que os estudantes negros “sofrem muito racismo”, não só por parte de colegas, mas também por parte de professores.

Lugar de negro
é na universidade



Temática do racismo tratada como tabu

Criada na Cidade de Deus, uma das mais famosas favelas do Rio de Janeiro, a judoca Rafaela Silva, de 24 anos, campeã mundial em 2013 e vice em 2011, chegou a pensar em desistir do judô, devido às muitas manifestações de racismo que teve de enfrentar após ser desclassificada nos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012. Nas redes sociais, chamada de “macaca” e que seu lugar era “na jaula”. O episódio traumático afetou a atleta emocionalmente. De volta ao Brasil, Rafaela entrou em depressão e ficou cerca de dois meses sem pisar no tatame. À época, seus treinadores fizeram de tudo para que ela voltasse a competir, já que era uma das principais promessas do judô brasileiro. Quatro anos depois de ter sido vítima de racismo, Rafaela conquistou medalha de ouro nas Olimpíadas do Rio de Janeiro, a primeira do Brasil em 2016.

“Em toda minha formação de graduação e mestrado, nunca li uma linha sobre racismo, e estudei o desenvolvimento humano como se fosse uma coisa abstrata”, comenta Raquel. Segundo ela, ainda que se pense na Psicologia em um contexto social, quase nunca a temática das relações raciais e étnicas é considerada. “É muito diferente a relação de uma criança negra com a sua auto-imagem, pela baixa representatividade que os negros têm na mídia. Nesse momento, o movimento negro está forte, mas ainda se conta nos dedos os personagens de filmes, histórias em quadrinhos, os médicos, repórteres, advogados, que atuam. E mesmo estes poucos, volta e meia, sofrem discriminação.”

O sofrimento foi, justamente, um dos motores que levou a estudante de psicologia da UFRGS, Jéssyca Barcellos, a realizar seu trabalho de conclusão de curso sobre os currículos das faculdades de Psicologia em Porto Alegre e Região Metropolitana. Segundo ela, de 18 cursos analisados, apenas seis apresentaram alguma cadeira com a temática racial, sendo que, em apenas um, esta disciplina é obrigatória. “Isso é muito ruim, pois vai interferir no momento em que estes futuros psicólogos forem atender pacientes vítimas de racismo.” Nem o fato de alguns cursos possuírem uma cadeira por semana, na visão de Jéssyca, é suficiente

Foto: Getty Images



Judoca Rafaela Silva, pensou em desistir da carreira após ser vítima de racismo em 2012.

para que o tema seja tratado como deve.

Preparando-se para trabalhar como voluntária na pesquisa do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS, Jéssyca tem um objetivo: potencializar a inclusão da temática das relações raciais na formação em Psicologia. “Farei meu mestrado, focada nisso.” A recém-formada, que é negra, admite que, diversas vezes, já sofreu a violência psíquica do preconceito. “É horrível passar por alguém na rua, e esta pessoa fazer cara feia ou agarrar a bolsa, ou ir ao shopping e ser perseguida pelo segurança.” A dificuldade de conviver com a rejeição afetou Jéssyca desde pequena. “Na adolescência, eu queria ser branca e vivia alisando o cabelo”, conta.

Como a maioria dos profissionais de Psicologia é formada por pessoas brancas, que nunca sofreram racismo, poucos têm ouvidos para perceber que isso causa sofrimento, observa a professora Raquel. “Nossa pesquisa não deve mostrar grandes novidades, pois muito já se tem relatado. Mas esperamos poder contribuir com elementos epidemiológicos, que ajudem a impulsionar as políticas públicas voltadas para a população negra. Uma boa saúde mental só é possível com relações sociais saudáveis, o que inclui educação, segurança, moradia, pobreza, entre outros aspectos”, defende. ■

Contingenciamento coloca em risco funcionamento das Ifes em 2017

Aceno de novos cortes nos orçamentos para o próximo ano foi enviado pelo MEC às reitorias no início de agosto, causando apreensão nos gestores de universidades e institutos federais.

Adriana Lampert e Maricélia Pinheiro

O clima é de preocupação nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) do País. Com os repasses de recursos do Tesouro Nacional cada vez mais enxutos, este segmento do sistema público está sob o risco de ter o seu funcionamento comprometido a partir de 2017. Na segunda semana de agosto, veio a notícia que a maioria temia: o Ministério da Educação (MEC) informou aos gestores das Ifes que a previsão é de novos cortes para a dotação orçamentária do ano que vem. O agravante é que algumas instituições já vivem uma crise financeira, com redução de programas, contratos e até dificuldades para pagar contas.

Na UFRGS, o pró-Reitor de Planejamento e Administração, Ario Zimmermann, recebeu com apreensão a proposta preliminar inserida no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) enviado ao Congresso Nacional no

UFRGS não teve prejuízos de continuidade das atividades acadêmicas e de pesquisa, mas com o cenário que se aponta para 2017, e se o mesmo persistir em 2018, haverá graves problemas neste sentido, adverte Zimmermann. De acordo com o gestor da UFRGS, o contingenciamento anunciado (que ainda precisa ser ratificado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) será de 22% sobre o volume destinado à Universidade durante o ano de 2016, que foi reduzido em 20% com relação a 2015. “Até aqui nós levamos com equilíbrio, mas, agora, o futuro é incerto”, lamenta o pró-reitor. Ele adianta que, com menos verba, no próximo ano a UFRGS terá que rever contratos de terceirizados e, onde for possível, readequar valores. “Não poderemos manter os custos atuais. É um cenário que se agrava, pois ainda é preciso considerar a inflação do período”, pondera.


Desde o segundo semestre de 2014, os orça-



final de agosto. O documento sinaliza novo limite de recursos para o ano que vem. A exemplo de 2015 e 2016, o montante que o governo federal pretende repassar virá com cortes que atingem o custeio e os investimentos da Instituição. A diferença é que, desta vez, o efeito deve ser o de “rasgar a pele até sangrar”.

Os números apontam para um período de fortes dificuldades. Ao contrário de outras Ifes, até agora a

mentos das universidades brasileiras têm sofrido cortes e contingenciamentos progressivos. Mas a partir de agora, a continuidade dos serviços prestados pelas Ifes passa a correr riscos. Isso inclui a UFRGS, lamenta Zimmermann. Também reformas e manutenções em geral sairão prejudicadas, aponta o pró-reitor. Em 2015, a Universidade já havia enfrentado um contingenciamento de 10%. Em 2016, os cortes foram



mais fundos: 20% em cima da base do ano anterior (tendo sido corrigido apenas o IPCA). Ainda que, na prática, os valores se equiparassem, em um contexto de processo inflacionário, a medida promoveu um estresse adicional, uma vez que as despesas cresceram mais que a dotação orçamentária disponível, afirma o gestor da Proplan. “Além dos preços de fornecedores terem aumentado, há os funcionários terceirizados, cujas categorias reivindicaram reajustes de salários, através dos dissídios ocorridos no período.”

Com as reduções de 20% na verba para o custeio (passando dos R\$ 201 milhões previstos para R\$ 160 milhões) e de 60% na área de investimentos (de R\$ 35,6 milhões para R\$ 14 milhões), desde janeiro, a UFRGS vem enxugando gastos. No custeio, a regra é incentivar a economia de luz, telefone e água, através de campanhas de conscientização, além de tomar algumas medidas para evitar desperdício e estancar as manutenções que não sejam prioritárias. Já os novos investimentos estão fora do planejamento atual. “Os cortes para esta área foram pesados”, justifica Zimmermann. Mas ele garante que tudo que havia sido iniciado está sendo executado, ainda que num ritmo menor. “Do que sobrou de recursos para investimentos, a Universidade está aplicando em apenas três obras, que já estavam em andamento.” Uma delas é a construção da Ala Sul do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS), entre a Rua Ramiro Barcelos e a Avenida Ipiranga, próxima à Psicologia, ao Departamento de Bioquímica e à Farmácia. Ali, os recursos, de quase R\$ 36 milhões, são oriundos do Reuni e de outras dotações orçamentárias junto ao Tesouro Nacional.

Outra obra (de R\$ 18 milhões) é a Subestação de Energia Elétrica, que está sendo construída no Campus do Vale desde o final do ano passado. O objetivo de reduzir o consumo e os custos com o serviço fornecido pela CEEE. A previsão é que seja entregue até a metade do ano que vem. O terceiro

projeto é a reforma do prédio do Instituto de Química, orçado em R\$ 100 milhões. As três obras estão andando dentro do cronograma, mas, segundo o pró-reitor, “tem muita coisa que já ficou represada”, admite. O jeito foi suspender novas licitações, para que o dinheiro não viesse a faltar, literalmente. No entanto, com previsão de mais cortes, Zimmermann começa a ficar receoso. “Estávamos relativamente tranquilos, mas com esta nova previsão o assunto ficou ainda mais sério.”

UFCSPA tem atrasado pagamento de fornecedores

Por mais que a Reitoria e os servidores tenham unido esforços para funcionar dentro do orçamento contingenciado, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), acumula um passivo financeiro relativo às despesas efetuadas nos últimos dois meses. “Estamos pagando os fornecedores com um atraso de, no máximo, 60 dias”, calcula a reitora Miriam da Costa Oliveira. Ela explica que a situação ocorre devido ao ritmo de repasse de recursos do Tesouro Nacional. “Só temos dívidas em aberto, porque o calendário deles não está em dia.”

Segundo a reitora, até agora, a Universidade tem conseguido se manter dentro de um “limite de razoabilidade” de execução de gastos orçamentários. “O problema é que não nos repassam de maneira contínua o volume de recursos necessários para cumprir os pagamentos do que nos foi autorizado gastar.” Para piorar, o envio de verbas ocorre em percentuais inferiores aos das despesas. “Em um mês, enviam 40% do previsto, depois enviam mais 20%, e assim permanece, sem que venha o valor inteiro”, comenta Miriam.

O equilíbrio das contas da UFCSPA, em 2016, mesmo que com cortes de recursos de custeios internos, tem sido alcançado, por meio de contenção do consumo de energia elétrica, entre outras economias possíveis com a colaboração de técnicos e professo-

res. Avisados da importância de não “relaxar”, todos estão restringindo pedidos. “Estamos enxugando ao máximo os custos”, informa a gestora. “As bolsas e auxílios estudantis estão sendo mantidos com o mesmo volume de recursos, assim como todos os contratos continuados. Ambos são prioridades no custeio da Universidade”, afirma. “Neste sentido, nada foi cortado com relação ao ano passado.”

Miriam admite que não dá para negar que a UFCSPA sofreu danos em toda sua cadeia de sobrevivência, mas afirma que em algumas áreas estes não foram tão significativos, sendo que o prejuízo maior se concentra na execução de obras. Assim como na UFRGS, foi no quesito investimentos que o cerco apertou, em 2016, podendo agravar no ano que vem. Prevista para ser iniciada no segundo semestre, por enquanto a construção do Campus Igara (voltado para atividades esportivas) está suspensa. “Este seria o momento de licitarmos a execução das obras”, lamenta a reitora, lembrando que a Universidade já havia injetado recursos em projetos complementares de água, luz, fibras óticas, calçamento, e está pagando para manter a segurança do local. “Infelizmente não temos expectativas de quando poderemos erguer o novo Campus. Este e todos os outros planos de obras que tínhamos foram adiados.” A reitora explica que a reforma prevista para o prédio do restaurante universitário não chega a se enquadrar plenamente neste caso. “Ainda que tivéssemos verbas, a obra atrasaria porque tivemos problemas contratuais.”

Pode ocorrer crise na produção de conhecimento

A UFRGS tem uma capacidade instalada muito grande em termos de equipamentos e laboratórios. Mas toda esta infraestrutura está intocável, desde o início deste ano. E assim deverá permanecer. “A única coisa que estamos comprando são 20 novas subestações para melhorar a capacidade elétrica”,

pondera Ario Zimmermann, o gestor da Proplan. “Até porque se a rede falhar, iremos perder muito.” Zimmermann lembra que, em janeiro, a Universidade sofreu prejuízos, depois de um vendaval que assolou a Capital. A tormenta chegou a gerar uma pane no Centro de Supercomputação da UFRGS, que precisou de nobreak e ficou parado alguns dias.

Mas a grande preocupação gira em torno dos contratos de descentralização de recursos, como os que a Universidade tem com a Embrapa e com o extinto Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação. “Se não forem renovados para o ano que vem, teremos problemas no ritmo e nos investimentos em pesquisa”, comenta o pró-reitor, sinalizando que a falta de verbas pode gerar uma crise na produção de conhecimento. Nos últimos meses, a Universidade tocou a vida com restrições que não chegaram a prejudicar a pesquisa e a assistência estudantil, segundo Zimmermann, mas o futuro acena de forma sombria. Agora, a equipe da Proplan precisa se debruçar sobre uma proposta a ser enviada ao MEC, onde o novo contingenciamento deve ser considerado. “Não bastasse a diminuição de verba disponível, o mais preocupante é que daqui a seis meses, quando o dinheiro for repassado, se a economia seguir no ritmo de inflação de 9%, este montante estará defasado no mesmo patamar.”

A reportagem da Adverso procurou o MEC, mas não obteve detalhe de valores específicos de custeio e investimento previstos para as universidades para o próximo ano. Através de assessoria de imprensa, o Ministério argumenta que a previsão atual é realista.



“Vários colegas meus já perderam a Bolsa de Iniciação Científica (BIC) do CNPq”, denuncia o recém-formado em Artes Visuais, Raphael D’Antona, morador da Casa do Estudante Universitário (CEU) da UFRGS. “Não estão sendo abertos novos processos seletivos”, explica. Segundo a Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade, ainda não foram definidos os recursos que virão de outros programas do governo federal, como o da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes). “Não sei quantas bolsas de mestrado e doutorado abriram esse ano, mas um amigo da Engenharia disse que serão apenas quatro”, comenta D’Antona.

Atmosfera é de receio e incerteza

O avanço das cotas nas federais contribuiu para que a pressão por verbas de assistência estudantil crescesse nas Ifes. Somente na UFRGS, são 2 mil novos alunos carentes que ingressam a cada ano. O pró-reitor da Proplan garante que o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) – que destina a verba para os cotistas – ainda não sofreu cortes. “Estamos em pleno ritmo de ingressos de alunos cotistas. E nossa despesa de assistência estudantil vem crescendo. Se houver mais cortes, vai faltar dinheiro para atendê-los”, adverte. Um adverso para o que pode vir é o fato que, este ano, apesar de não ter sofrido cortes, o Pnaes manteve a mesma verba de 2015, ajustada apenas pela inflação.

“Temos um programa de auxílios para contribuir com a permanência de alunos em vulnerabilidade social. Parte destes recursos é repassada mensalmente, e outra parte é repassada semestralmente”, explica o estudante de Artes Cênicas, Carlos Rasch. Segundo ele, desde que o governo assumiu, os valores mensais estão sendo repassados com atrasos. “No ano passado, o auxílio material, que é repassado no início do semestre, demorou cinco meses para ser enviado, e não foi paga a totalidade descrita no edital de auxílios.” De acordo com o estudante, também há pro-

blemas com a desvalorização das bolsas de pesquisa e extensão da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae). “O Valor de R\$ 400,00 mensais não é reajustado desde 2011, quando o salário mínimo era de R\$ 545,00.”

Para quem é morador da CEU, o receio de um sucateamento ainda maior da infraestrutura do prédio é cada vez mais premente. “Ninguém sabe o que vai acontecer”, comenta D’Antona. Bolsista de Iniciação Científica, Rasch comenta que, além do medo de perderem os auxílios, os estudantes sofrem necessidades, porque há uma estagnação total dos programas. “Os valores de bolsas repassados não são mais suficientes para manter os estudantes, pois não estão sendo corrigidos.”

Cortes já ameaçam projetos de inclusão

A Assistência Estudantil aos alunos carentes pode sofrer grande impacto negativo com o contingenciamento das verbas de custeio dos IFEs. A previsão é do reitor do IFRS, Osvaldo Casares Pinto. Segundo ele, alguns campi optaram por diminuir o valor das bolsas no primeiro semestre, para que o recurso se estenda até o fim do ano. Outros, como o Campus Porto Alegre, pagaram os valores integrais no primeiro semestre e correm o risco de suspender o benefício no segundo.

O diretor do IFRS/Porto Alegre, Marcelo Augusto Rauh Schmitt, confirma a previsão do reitor e disse que já chamou os estudantes beneficiados para falar sobre o assunto. Se as bolsas forem cortadas, ele teme uma evasão significativa, tendo em vista que mais de um terço dos alunos do Campus Porto Alegre dependem do benefício para continuar estudando. “Isso é algo muito mais grave do que deixar de comprar um equipamento, porque a falta de equipamentos a gente supera com professores competentes e a dedicação dos alunos. Agora, não dispor da verba que garanta a permanência do estudante, é deixar de investir em algo fundamental para a melhoria do País”, observa Schmitt.



Ario Zimmermann, Miriam da Costa Oliveira e Marcelo Schmitt

No IFRS/Restinga, a prioridade das verbas foi direcionada totalmente para a assistência estudantil e pagamento de serviços terceirizados. Com isso, obras de manutenção e de ampliação do campus estão paradas desde janeiro. Ali, mais de um terço dos estudantes é carente (dos cerca de 800 alunos, aproximadamente 320 dependem da bolsa de assistência estudantil) e esse percentual deveria ser ainda maior, mas não há verbas suficientes para atender todos os jovens que preenchem o perfil. Ainda não se sabe como será o remanejamento do IFRS no segundo semestre, mas os próximos cortes devem atingir os serviços terceirizados.

Obras paradas por falta de verbas

No Instituto Sul Rio-Grandense (IFSul) o quadro se repete. Luciana Neves Laponte, diretora do Campus Charqueadas conta que a construção de um novo bloco com cinco salas de aula, orçado em R\$ 500 mil, está paralisada por falta de verbas há vários meses. Segundo ela, a conclusão da obra é urgente, pois a cada semestre ingressa uma nova turma e não há mais como remanejar espaços dentro do campus. “Alugamos contêineres para servir de depósito e já estamos usando a sala

do almoxarifado como sala de aula”, relata.

Também estão suspensas as compras de equipamentos e foi reduzido o material de consumo. Isso tudo para garantir a assistência estudantil, apontada por todos os diretores entrevistados como a prioridade maior no orçamento. Luciana teme que essa indefinição com relação aos recursos para os Institutos Federais acabe gerando um sucateamento a curto e médio prazos, inviabilizando o projeto de inclusão, que vem sendo construído nos últimos anos.

Em Sapucaia do Sul, o pagamento das diárias internacionais para docentes e o custeio de participação de alunos em eventos foram cortados. As obras de ampliação também estão estacionadas e a direção vem recorrendo a convênios e parcerias externas para adquirir equipamentos indispensáveis às aulas. “Isso gera muita insegurança para fazer um planejamento”, observa o diretor do IFSul/Sapucaia, Mack Léo Pedroso. Seguindo na mesma linha de prioridades, a direção colocou a assistência estudantil na frente da fila, para tentar conter uma possível evasão. “Temos contado também com o empenho de servidores e alunos em campanhas para contenção de gastos com água e luz.” ■

Ajuste em dose dupla

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Professor Titular do Departamento de Economia
e Relações Internacionais/UFRGS

A proposta de ajuste fiscal encaminhada pela área econômica do governo pode ser resumida em duas medidas que afetarão mais de perto os servidores públicos, em especial os vinculados à Educação. A primeira, conhecida como PEC 241, trata-se de projeto de emenda constitucional cujo teor propõe que, partindo-se do efetivamente gasto em 2016, o orçamento de cada ano tenha como limite para reajuste a inflação do ano anterior. A proposta - a ser incorporada na Constituição - deverá valer por 20 anos e, dependendo dos resultados obtidos, só poderia ser alterada depois de 10 anos. A segunda propõe extinguir as vinculações legais que consagram a áreas como Educação e Saúde um piso, ou porcentagem mínima do orçamento.



As medidas visam cortar a tendência de expansão real dos gastos dos últimos anos e que, com o esperado crescimento do PIB, a participação relativa das despesas caia como proporção deste. O ajuste, se realizado, não será pouca coisa, provavelmente inédito na economia brasileira. Cada uma das medidas afetará a Educação e as Instituições Federais de Ensino Superior, assim como as demais áreas do Governo Federal. Todavia, somadas, trarão efeito muito drástico na Educação em termos de cortes, tanto salariais como demais despesas de custeio e capital. Ou melhor: juntas, o efeito se potencializa. São três as principais consequências, as quais serão sinteticamente expostas a seguir.

Primeira: A restrição orçamentária começa com o ponto de partida: o efetivamente gasto neste ano, ou seja, não se usará como base de cálculo o valor orçado, geralmente maior que o gasto, devido aos contingenciamentos. As contenções já realizadas ficam consagradas. A elevação pela inflação do ano anterior também significa impedir por duas décadas qualquer aumento real. Se houver aumento em uma das rubricas (por exemplo, salários), teria que haver corte em outra(s), por exemplo, de custeio e capital. Veja-se que isso ocorrerá mesmo que o PIB volte a crescer e a economia se recupere, pois o que se quer é justamente isso: que caiam os gastos públicos primários (ou seja, excluindo-se os juros da dívida, que ficam fora do

ajuste) como porcentagem do PIB.

O ministro chamou essa medida de “gradualismo”, ou seja, em vez de fazer um ajuste abrupto, de uma só vez (os chamados “pacotes”), seria feito de forma gradual. “Vamos devagar, porque temos pressa”, disse ele. Na década de 1960, o gradualismo como estratégia para combater a inflação foi muito debatido na academia brasileira e utilizado após 1964 por Otavio Bulhões e Roberto Campos, no governo Castelo Branco. Arrolava-se como seu ponto positivo o fato de, ao se implementarem as medidas gradualmente, poder-se-ia acompanhar melhor seu resultado e reverter eventual exagero de dose. O caminho oposto seria um “tratamento de choque”, ou seja, com o anúncio de todas as medidas impopulares de uma só vez, como aconselhava Maquiavel. Assim, se o corte fosse muito violento e gerasse alto desemprego e recessão, haveria a flexibilidade para diminuir a dose e/ou suspender o medicamento. O ministro Meirelles reinterpreto o gradualismo não propriamente para baixar a inflação, que está em nível razoável e já vem caindo, mas para enfrentar o déficit público. Por quê? Há várias possíveis respostas, mas uma, muito provável, é que o ajuste será tão grande e profundo que não haveria condições políticas para ser implantado de uma só vez. Não só pela transitoriedade e carência de legitimidade do atual governo: mesmo que ele se torne permanente, haveria uma pressão

“A elevação pela inflação do ano anterior também significa impedir, por duas décadas, qualquer aumento real (...) mesmo que o PIB volte a crescer e a economia se recupere.”

social tão grande, que mesmo a “base aliada” dificilmente respaldaria. Por isso a necessidade de diluí-lo no tempo – ou seja, ir devagar, pois é a melhor estratégia para chegar onde se quer.

Segunda: A extinção da vinculação de um percentual do orçamento para áreas como Saúde e Educação é demanda antiga da área do Planejamento, pois desobrigaria o governo de compromissos constitucionais com as mesmas. Mas se as despesas com Educação já têm como limite para crescimento a inflação do anterior, por que essa medida adicional? A primeira não seria suficiente para reduzir a verba alocada para área? Aqui é que o efeito se potencializa. Ora, se o montante total do orçamento está “fixado” ou “congelado”

do”, a única razão para acabar com as regras de um percentual mínimo para Saúde e Educação é porque se pretende, implicitamente, que essas áreas percam participação no total das despesas. Em outras palavras, pagarão em dose dupla: pelo vínculo à inflação do ano anterior, como todas as outras; e, em adição, pela extinção da tal regra do mínimo. Isso não só contraria o chavão dos políticos de todos os matizes, para quem demagogicamente sempre “Saúde e Educação são prioridades”, como do próprio presidente em exercício, que assim se manifestou em seu discurso de posse.

Terceira: O fato de pretender incorporar o ajuste na Constituição é, provavelmente, a medida mais séria – indo ao paroxismo, um limitante grave à própria democracia. Dentre outros motivos, porque dificulta tremendamente sua alteração por via política, transformando o que seria o curso normal das decisões sobre gastos e orçamento numa matéria jurídica. Reforça a tendência de judicialização da política e das decisões administrativas. Alterar a Carta exige 3/5 dos votos em duas votações na Câmara e no Senado. Mesmo que vença a eleição presidencial, um candi-

“Ora, se o montante total do orçamento está fixado ou congelado, a única razão para acabar com as regras de um percentual mínimo para Saúde e Educação é porque se pretende, implicitamente, que essas áreas percam participação no total das despesas. Em outras palavras, pagarão em dose dupla...”

dato que se oponha à norma - e a maioria dos cidadãos e eleitores assim se manifeste -, não significa que o vencedor terá maioria suficiente para lograr tal empreitada. Assim, haverá um excelente motivo para justificar e legitimar os cortes de gastos em Educação (e nos demais setores, pois abrange tanto os vencimentos dos servidores civis como militares). Ao descum-

prirem a Constituição, os governos vindouros poderão ser punidos por órgãos de controladoria, como TCU, sem contar que podem ser até motivo de impeachment. O ajuste proposto pela PEC, inusitadamente, transcende ao seu (de Temer) período governamental. Nesse aspecto, o referido “gradualismo” é muito mais profundo em suas pretensões do que o executado pelos ministros Bulhões e Campos, em 1964, pois estes, como é usual no mundo, limitaram-se a traçar a política econômica para o seu período de governo, sem pretender determinar regras para as duas décadas seguintes.

É preciso, portanto, que tais medidas sejam muito bem avaliadas e debatidas pela comunidade universitária, pois, se aprovadas, representarão não apenas cortes profundos e duradouros, mas uma mudança qualitativa na relação entre Estado e Educação Pública. Em outras palavras, está na corda bamba o pacto social da Constituição de 1988, o qual assentava que a participação do Estado em áreas como Educação e Saúde era caminho eficaz para melhorar a distribuição de renda e reverter os precários indicadores sociais do País. ■

*Artigo escrito antes do dia 31 de agosto de 2016



Diretores de unidades da UFRGS assinam manifesto contra cortes de bolsas do CNPq

Diretores dos Institutos, Escolas e Faculdades da UFRGS enviaram no último dia 15 de agosto uma carta ao presidente do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Hernan Chaimovich, pedindo que o corte de bolsas seja revertido imediatamente, "de forma a evitar o retrocesso nas políticas públicas de ensino superior". Confira abaixo o documento na íntegra:

"Ao longo dos seus sessenta e cinco anos de história, o CNPq tem desempenhado um papel primordial na formulação e condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação em nosso País. Dentre estas políticas, o histórico Programa de Iniciação Científica representa não somente uma forma de inserir e incentivar os estudantes de Graduação a participarem de atividades de pesquisa, mas, também, propicia a milhares de estudantes atividades experimentais, de demonstrada relevância e impacto no seu futuro profissional.

Os ensinamentos fundamental e

médio brasileiros se caracterizam por uma visão acadêmica onde o estudante acumula conhecimento, com reduzida experimentação. Um dos grandes desafios das Universidades brasileiras é o de formar indivíduos que sejam capazes de dominar e de transformar este conhecimento, usando-o como um instrumento para a solução dos problemas nacionais. Em momentos de crise, este desafio se torna ainda mais relevante. O Programa de Bolsas de Iniciação Científica constitui-se em uma estratégia fundamental para incorporar a ideia da formação "mãos na massa", da experimentação e da formação diferenciada de nossos estudantes.

Estes serão os futuros profissionais capazes de transformar nossa realidade social, cultural e econômica. Os estudantes que participam de atividades de Iniciação Científica não somente aprendem a ter uma ação crítica frente à resolução de questões práticas, como demonstram um maior aproveitamento nas

disciplinas de Graduação.

Infelizmente, frente à redução no seu orçamento, o CNPq realizou cortes de 20% no montante de bolsas neste ano de 2016. Esta ação, - se não for revertida - irá repercutir fortemente na qualificação e no desempenho da pesquisa científica e tecnológica do país; mas, principalmente, terá impacto certamente negativo na formação de toda uma geração de futuros profissionais.

Tais medidas, motivadas por políticas equivocadas, parecem não considerar o papel fundamental que o ensino e a pesquisa científica têm no futuro - mesmo de curto e médio prazos - no sistema universitário do nosso País. Assim, entendemos que estes investimentos precisam ser revertidos imediatamente, de forma a evitar o retrocesso nas políticas públicas de ensino superior, comprometendo o futuro do ensino, da pesquisa acadêmica e da formação de profissionais qualificados no Brasil".



Você escreve?

A Adufrgs publica

Seu artigo pode estar na
próxima edição da Adverso.
Envie seu texto* para
comunica@adufrgs.org.br
e participe!

*Por se tratar de uma revista sindical, não serão
publicados artigos com conteúdo técnico-científicos.



ADufrgs
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação

www.adufrgs.org.br  facebook.com/adufrgssindical



ADufrgs
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação